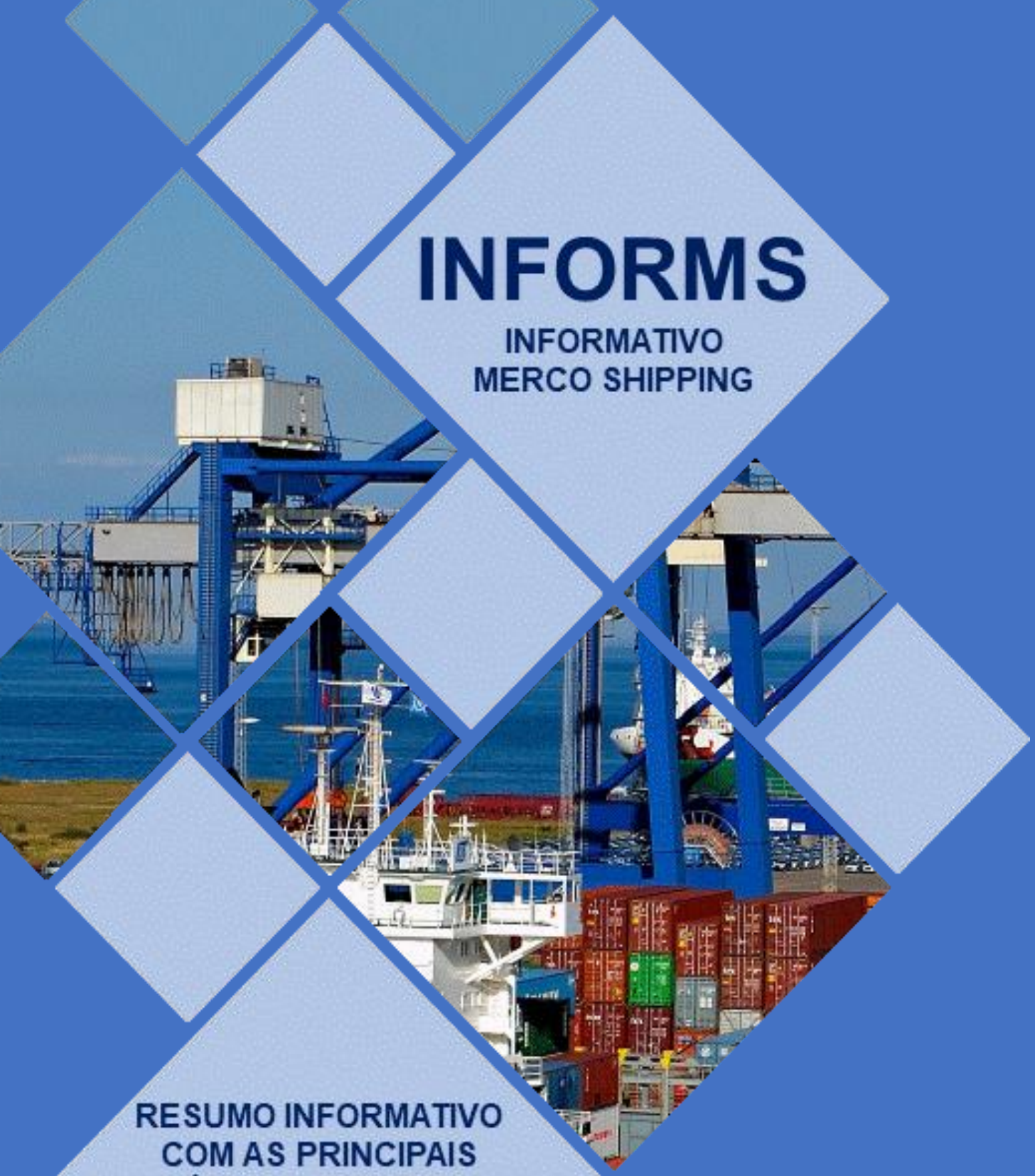
# INFORMS

## INFORMATIVO MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO COM AS PRINCIPAIS NOTÍCIAS DOS SETORES PORTUÁRIO E DE NAVEGAÇÃO

**Edição 148/2024**
**Data: 20/12/2024**

# ÍNDICE

**PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.**

***A TRIBUNA DIGITAL (SP)*** ..... ***4***
GOVERNO FEDERAL CRIA COMITÊ PARA DISCUTIR COMBUSTÍVEL DO FUTURO ..... 4
JUSTIÇA DETERMINA QUE AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS NÃO ASSUMA GESTÃO DE PORTO EM SANTA CATARINA; ENTENDA ..... 5
HIDROVIA DO RIO PARAGUAI: PRIMEIRA CONCESSÃO HIDROVIÁRIA DO BRASIL ENTRA EM CONSULTA PÚBLICA ..... 6
***ME – MOVIMENTO ECONÔMICO*** ..... ***6***
COM APOIO INTERNACIONAL, PECÉM RECEBERÁ R$ 1 BI PARA SE TORNAR MAIS VERDE ..... 7
***ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS*** ..... ***8***
RIO PARAGUAI: LANÇADA A PRIMEIRA CONSULTA PÚBLICA PARA CONCESSÃO HIDROVIÁRIA DO BRASIL ..... 8
***GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF*** ..... ***9***
AVIAÇÃO EM CRESCIMENTO: BRASIL BATE RECORDE DE VIAJANTES EM VOOS PARA O EXTERIOR ..... 9
MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS INSTITUI COMITÊ DE GOVERNANÇA PARA GARANTIR EFICIÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA 11
MINISTÉRIO DOS PORTOS E AEROPORTOS É INTEGRADO OFICIALMENTE AO COMITÊ INTERMINISTERIAL PARA COORDENAR REGULAMENTAÇÃO DO COMBUSTÍVEL DO FUTURO ..... 12
GOVERNO LANÇA CONSULTA PÚBLICA PARA CONCESSÃO DA HIDROVIA DO RIO PARAGUAI ..... 13
***GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF*** ..... ***14***
RECORDE DE LEILÕES RODOVIÁRIOS GARANTEM R$ 111 BI PARA MODERNIZAÇÃO DE ESTRADAS BRASILEIRAS E TARIFAS ATÉ 70% MAIS BARATAS ..... 14
RENAN FILHO VAI A JOAQUIM GOMES (AL) PARA ANUNCIAR INÍCIO DE DUPLICAÇÃO DA BR-101/AL, AGUARDADA HÁ DÉCADAS ..... 17
EPR VENCE LEILÃO PELO LOTE 6 DO PARANÁ: CONCESSÃO DE MAIOR INVESTIMENTO DOS ÚLTIMOS 2 ANOS GARANTE R$ 20 BI PARA MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO ..... 18
***PORTAL PORTO GENTE*** ..... ***20***
PORTO DE PARANAGUÁ BATE RECORDE HISTÓRICO DE MOVIMENTAÇÃO DE CONTÊINERES ..... 20
CERCA DE UM MILHÃO E SETECENTOS MIL VEÍCULOS VÃO PASSAR PELAS RODOVIAS ADMINISTRADAS PELA ECORIOMINAS ENTRE OS FERIADOS DO NATAL E ANO NOVO ..... 21
ECOPONTE PREVÊ QUE DOIS MILHÕES DE VEÍCULOS PASSEM PELA PONTE RIO-NITERÓI ENTRE OS FERIADOS DE NATAL E ANO NOVO ..... 22
***BE NEWS – BRASIL EXPORT*** ..... ***23***
EDITORIAL – A HIDROVIA DO PARAGUAI E A LOGÍSTICA BRASILEIRA ..... 23
NACIONAL - HUB – CURTAS - DÓLAR CAI E FECHOU PRÓXIMO DE R$ 6,10 ..... 23
*Dia de queda 1* ..... *23*
*Dia de queda 2* ..... *24*
*Reservas internacionais* ..... *24*
*Corte de gastos* ..... *24*
*Ataque, não 1* ..... *24*
*Ataque, não 2* ..... *24*
FERROVIAS - RELICITAÇÃO DA MALHA OESTE PROMETE R$ 18 BI EM INVESTIMENTOS ..... 24
NACIONAL - NO ÚLTIMO LEILÃO DO ANO, GRUPO EPR VENCE LOTE 6 DAS RODOVIAS DO PARANÁ ..... 27
NACIONAL - LULA FAZ EXAMES EM SÃO PAULO E É LIBERADO PARA VOLTAR A BRASÍLIA ..... 29
REGIÃO SUL - JUSÇA SUSPENDE FEDERALIZAÇÃO DO PORTO DE ITAJAÍ E MANTÉM GESTÃO MUNICIPAL ..... 29
PORTO DE ITAJAÍ - NAVIO SE DESPRENDE DO CAIS E PRÁTICO SOBE A BORDO PARA EVITAR ACIDENTE ..... 30
REGIÃO SUL - SALGADO FILHO RETOMA VOOS INTERNACIONAIS APÓS SETE MESES ..... 31
REGIÃO SUL - TECON RIO GRANDE RECEBE 1ª CARGA DE PÁS EÓLICAS POR CABOTAGEM ..... 33
OPINIÃO – ARTIGOS - AS RODOVIAS E O ALERTA DA COP 30 ..... 34
***O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP*** ..... ***35***
COMITÊS FENOP SE REÚNEM PARA BALANÇO 2024 E DESAFIOS 2025 ..... 35
MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS NO PORTO DE SANTOS SE MANTÉM AQUECIDAS E APONTA PARA MARCA HISTÓRICA EM 2024 .. 36
DP WORLD ABRIRÁ NOVOS ESCRITÓRIOS NO BRASIL ..... 37
BRASIL E ARGENTINA AVANÇAM NA COOPERAÇÃO PARA FERTILIZANTES ..... 38
MDIC EDITA PORTARIA PARA REGULAMENTOS INTERNACIONAIS DE AUTOCERTIFICAÇÃO PARA EXPORTAÇÃO ..... 39
MPT LANÇA NOVA EDIÇÃO DE CARTILHA SOBRE VIOLÊNCIA E ASSÉDIO SEXUAL NO TRABALHO ..... 39

**JORNAL O GLOBO – RJ ..... 40**
HADDAD DIZ SER PRECISO 'CORRIGIR A ESCORREGADA QUE O DÓLAR DEU' NO BRASIL E ADMITE 'PROBLEMA DE COMUNICAÇÃO' ..... 40
HADDAD CALCULA EM R$ 1 BI IMPACTO DE MUDANÇAS NO PACOTE FISCAL E DIZ TER LUTADO POR MAIS MEDIDAS ..... 41
AO LADO DE GALÍPOLO, LULA DIZ QUE NÃO HAVERÁ INTERFERÊNCIA NO BC E QUE GOVERNO SEGUIRÁ ATENTO A NOVAS MEDIDAS FISCAIS ..... 43
VOLKS CHEGA A ACORDO COM SINDICATOS PARA REDUZIR PRODUÇÃO SEM FECHAR FÁBRICAS ..... 44
EM DESPEDIDA, CAMPOS NETO DIZ QUE AUTONOMIA FOI GRANDE GANHO PARA O BC, MAS NÃO TERMINOU ..... 45
GOVERNO FARÁ LEILÃO DE ENERGIA PARA PEQUENAS HIDRELÉTRICAS EM 2025 ..... 46
GOVERNO CORTA JUROS PARA INDÚSTRIA EÓLICA E AUMENTA PARA SOLAR NO FUNDO CLIMA ..... 47
**O ESTADO DE SÃO PAULO - SP ..... 48**
OPINIÃO - NEM POLIANA RESOLVE: O PESSIMISMO VAI MUITO ALÉM DA ECONOMIA ..... 48
LULA DIZ QUE GALÍPOLO SERÁ O CHEFE DO BC COM MAIS AUTONOMIA QUE O ÓRGÃO JÁ TEVE; VEJA VÍDEO ..... 49
AUTONOMIA FOI GRANDE GANHO DO BC, MAS NÃO TERMINOU, DIZ CAMPOS NETO ..... 50
MELHORA DO MERCADO DEPENDE DE CLAREZA NA COMUNICAÇÃO DO GOVERNO EM 2025, DIZ LIRA A ALIADOS ..... 51
CONGRESSO DESIDRATA 19 PONTOS DO PACOTE DE CORTE DE GASTOS DE HADDAD ..... 52
CONGRESSO DEIXA VOTAÇÃO DO ORÇAMENTO PARA 2025 À ESPERA DE EMENDAS E IMPACTO DO PACOTE, DIZ RELATOR ..... 55
**VALOR ECONÔMICO (SP) ..... 57**
PORTO DIGITAL TERÁ R$ 44,5 MILHÕES PARA INVESTIR ..... 57
BRASIL DÁ LARGADA NO MERCADO REGULADO DE CRÉDITOS DE CARBONO ..... 58
**PORTAL PORTOS E NAVIOS ..... 60**
PORTO SUDESTE IMPLEMENTA LPS EM SUAS OPERAÇÕES ..... 60
O CONSELHO DIRETOR DO WORLD SHIPPING COUNCIL (WSC) ANUNCIOU A ELEIÇÃO DE SOREN TOFT, CEO DA MSC, COMO PRESIDENTE, E RANDY CHEN, VICE-PRESIDENTE DA WAN HAI LINES, COMO VICE-PRESIDENTE. ..... 60
REFORMA TRIBUTÁRIA MANTEVE PLEITOS DA CONSTRUÇÃO NAVAL ..... 61
PORTO DE SANTOS MOVIMENTA 167,1 MILHÕES DE TONELADAS EM 11 MESES ..... 62
LIMINAR DO TRF-4 MANTÉM PORTO DE ITAJAÍ SOB GESTÃO MUNICIPAL ..... 62
MARINHA COLABORA COM CPI PARA SOLUCIONAR PROBLEMA DE CASCOS SOÇOBRADOS NA BAÍA DE GUANABARA ..... 63
SUPER TERMINAIS BATE RECORDE COM MAIS DE 140 MIL CONTÊINERES MOVIMENTADOS ..... 64
**MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA ..... 65**
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM ..... 65

# A TRIBUNA DIGITAL (SP)

## GOVERNO FEDERAL CRIA COMITÊ PARA DISCUTIR COMBUSTÍVEL DO FUTURO

Grupo, com participação do Ministério de Portos e Aeroportos, foi oficializado
***Por ATribuna.com.br***

***Avançam discussões sobre combustíveis sustentáveis para abastecer os terminais portuários e navios (Silvio Luiz/AT)***

O Governo Federal oficializou a criação do Comitê Técnico Permanente Combustível do Futuro (CTP-CF), por meio de publicação no Diário Oficial da União (DOU) desta quinta-feira (19). O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) integra o Comitê, visando participar das discussões sobre as regulamentações do combustível do futuro.

A criação do grupo foi formalizada por meio de despacho elaborado pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e assinado pelo Ministério de Minas e Energia.

Entre as ações a serem discutidas, o Comitê se encarregará, por exemplo, de definir os valores de Carbono da Fonte de Energia (ICE) e de regular a participação de combustíveis líquidos ou gasosos, bem como da energia elétrica, com vistas ao cumprimento das metas do Programa Nacional de Mobilidade Verde e Inovação (Mover).

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, ressaltou a importância de discutir e propor soluções voltadas à preservação ambiental, utilizando novas tecnologias para otimizar o uso de matrizes energéticas sustentáveis.

“A participação do Ministério de Portos e Aeroportos é fundamental para o desenvolvimento do combustível do futuro. Estamos em um momento crucial, no qual é necessário repensar a utilização de recursos naturais na produção de combustíveis para abastecer os terminais portuários e aeroportuários. Precisamos de soluções que minimizem os impactos ambientais”.

Entre os temas que serão regulamentados pelo Comitê, estão a definição dos valores da Intensidade de Carbono do Energético (ICE) e a participação de combustíveis líquidos, gasosos ou de energia elétrica para avaliar o cumprimento de metas do programa Mover.

Também devem ser discutidas a criação de mandatos de descarbonização, com o uso de combustível sustentável de aviação (SAF) e biometano, e as metas de participação volumétrica do diesel verde, em relação ao diesel comercializado ao consumidor final. O Comitê ainda coordenará os testes das misturas E35 (35% de etanol anidro misturado à gasolina) e B25 (25% de biodiesel misturado ao diesel fóssil).

**Sobre o Comitê**
O Comitê foi criado para proporcionar agilidade, transparência e legitimidade nas ações necessárias à regulamentação de dispositivos previstos na Lei do Combustível do Futuro (14.993/24), sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em outubro.
***Fonte: A Tribuna Digital - SP***
***Data: 20/12/2024***

# JUSTIÇA DETERMINA QUE AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS NÃO ASSUMA GESTÃO DE PORTO EM SANTA CATARINA; ENTENDA

TRF-4 manda prorrogar administração municipal de porto catarinense por um ano; MPor disse que vai recorrer

***Por Bárbara Farias***

***O Ministério de Portos diz que o trabalho conjunto entre Itajaí (foto) e Santos fortalece a competitividade (Luciano Sens/Porto de Itajaí)***

A Justiça Federal determinou à União que prorrogue a gestão municipal do Porto de Itajaí, em Santa Catarina, por, no mínimo, 12 meses. O objetivo é assegurar tempo suficiente para a elaboração de um plano de transição detalhado e com a participação de todos os entes diretamente impactados, inclusive, os trabalhadores.

A decisão acontece dois dias depois de o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) anunciar que a Autoridade Portuária de Santos (APS) iria assumir a administração de Itajaí, após o Governo Federal decidir retomar a gestão do local.

A tutela antecipada de urgência (medida liminar provisória) foi dada pela desembargadora Ana Cristina Ferro Blasi, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4). O pedido à Justiça foi feito pelo Foro Metropolitano da Foz do Rio Itajaí Açu, grupo formado pela sociedade civil para discutir assuntos de interesse do estado de Santa Catarina.

O MPor informou que assim que for formalmente notificado, o Governo Federal recorrerá na Justiça para tentar derrubar a decisão liminar.

**Vai assumir**

Procurada, a APS reiterou, em nota, que, conforme publicado ontem (dia 18) no Diário Oficial da União, irá assumir, por um ano, a administração do Porto de Itajaí no dia 2 de janeiro de 2025. “Até lá, as questões relativas àquele porto serão dirimidas pelo Ministério de Portos e Aeroportos”.

**A Tribuna** também pediu um posicionamento à Superintendência do Porto de Itajaí, mas não obteve retorno até o fechamento desta edição.

**Delegação**

Aquele porto catarinense foi delegado à Prefeitura de Itajaí por meio de um convênio de descentralização administrava em 2 de junho de 1995, que vigorou até dezembro de 1997. Após esse período, União e Prefeitura celebraram um convênio de delegação com vigência de 25 anos a partir de 1° de janeiro de 1998, ou seja, até 2023. No início desse processo, foi instituída a Superintendência do Porto de Itajaí, uma autarquia municipal.

Em janeiro de 2017, a autarquia pediu ao Governo Federal a prorrogação antecipada do convênio por mais 25 anos, no mínimo, para dar continuidade às atividades e planejamento da nova licitação, tendo em vista que o contrato de arrendamento de áreas operacionais vigente encerraria em 31 de dezembro de 2022. Em novembro do mesmo ano, foi assinado um termo aditivo ao convênio de delegação válido por dois anos, até 2025.

Em março de 2023, o MPor disse que a União pretendia prosseguir com a delegação ao Município para manter a autoridade portuária pública por mais 35 anos e licitar arrendamentos de áreas operacionais à iniciativa privada. A nova decisão do Ministério, é retirar a Prefeitura da gestão e colocar a APS. A Autoridade Portuária de Santos afirma que se trata de uma colaboração e não de intervenção.

***Fonte: A Tribuna Digital - SP***
***Data: 20/12/2024***

## HIDROVIA DO RIO PARAGUAI: PRIMEIRA CONCESSÃO HIDROVIÁRIA DO BRASIL ENTRA EM CONSULTA PÚBLICA

Com investimento de R$ 63,8 milhões, projeto histórico visa segurança na navegação e desenvolvimento regional; contribuições podem ser enviadas até fevereiro de 2025
***Por ATribuna.com.br***

***Transporte de cargas do Rio Paraguai está estimado entre 25 e 30 milhões de toneladas a partir de 2030 (Divulgação/Agência FPA)***

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) anunciou ontem a abertura de consulta pública para colher contribuições e sugestões sobre o modelo de concessão para a hidrovia do Rio Paraguai, a primeira do Brasil. O período de contribuições sobre a modelagem e os documentos da concessão será de 26 de dezembro a 23 de fevereiro de 2025.

Os investimentos previstos são de R$ 63,8 milhões, para garantir segurança na navegação. O prazo para a concessão é de 15 anos, prorrogável por igual período.

A concessão compreende apenas o Tramo Sul, o Canal do Tamengo e as infraestruturas relacionadas, no trecho entre Corumbá (MS) e a foz do Rio Apa (extensão de 600 km), na parte que faz fronteira com o Paraguai (330 km) e com a Bolívia (48 km). Com a concessão, a hidrovia contará com um calado de 3 metros quando o rio estiver cheio e de 2 metros em períodos de seca, a fim de garantir a trafegabilidade das embarcações na maior parte do ano.

A empresa vencedora deverá entregar, nos primeiros cinco anos de concessão, os serviços de dragagem, monitoramento hidrográfico, sinalização e balizamento náutico, gestão e operação do tráfego aquaviário e gestão ambiental, construção de galpão industrial, melhorias em travessias e pontos de desmembramento de comboio.

Segundo o secretário nacional de Hidrovias, Dino Antunes, o trabalho conjunto com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e o estudo feito sobre a concessão garantirão o sucesso da primeira concessão hidroviária do País. “Não é um projeto para o governo, mas para a logística nacional. Projetos como esse mostram uma visão de Estado. A concessão hidroviária vai mudar o setor no País”, afirmou.

O diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, destacou o momento histórico para o País ao abrir uma audiência pública sobre a concessão da hidrovia.

“A hidrovia do Rio Paraguai é o maior projeto de infraestrutura e o mais integrador do desenvolvimento regional na América do Sul. Com projetos de longo prazo, com uma concessionária atuando o ano todo, vamos fazer com que se desenvolvam novos terminais portuários, a região produtora e, do ponto de vista ambiental, não haverá prejuízos”, garante Nery.
***Fonte: A Tribuna Digital - SP***
***Data: 20/12/2024***

Movimento Econômico

**ME – MOVIMENTO ECONÔMICO**

# COM APOIO INTERNACIONAL, PECÉM RECEBERÁ R$ 1 BI PARA SE TORNAR MAIS VERDE

Banco Mundial é a mais recente instituição financeira a destinar recursos, liberando US$ 9 milhões para impulsionar programa de transição energética de Pecém

***Da Redação ME - redacao@movimentoeconomico.com.br***

***Programa de transição energética Pecém Verde pretende consolidar o terminal portuário como um hub global de H2V. Foto: Governo do Ceará/Divulgação***

O Complexo do Pecém receberá um aporte financeiro de aproximadamente US$ 176 milhões – aproximadamente R$ 1,1 bilhão – para desenvolver o programa de transição energética Pecém Verde, com foco na implementação de um projeto de hidrogênio limpo. O financiamento será feito pelo Banco Mundial, a partir do Livable Planet Fund, e pelo Climate Investment Funds – Renewable Energy Integration (CIF-REI), e pretende melhorar a infraestrutura do complexo e acelerar o processo de descarbonização.

“Com essa parceria, de onde virão mais esses recursos, o Pecém Verde deve gerar oportunidades econômicas significativas, promover a criação de empregos qualificados e fortalecer uma posição de destaque do Ceará entre as iniciativas de descarbonização em escala global, um dos mais prementes objetivos do Governo do Estado”, afirmou o presidente do Complexo do Pecém, Hugo Figueirêdo.

Dos US$ 176 milhões que serão aportados, US$ 9 milhões virão de uma doação do Livable Planet Fund; US$ 90 milhões serão financiados pelo Banco Mundial; US$ 36,5 milhões através de empréstimos e doações do programa CIF-REI; e US$ 41 milhões que serão investidos pelo próprio Complexo de Pecém.

O projeto pretende criar a infraestrutura necessária para a produção e exportação de hidrogênio verde (H2V) e seus derivados, consolidando o Pecém como um hub global de hidrogênio verde.

Os investimentos incluirão a implantação de infraestrutura básica para os corredores de utilidades e acesso ao setor produtivo de hidrogênio no Complexo do Pecém, a expansão do Terminal de Múltiplas Utilidades (TMUT) do porto, com a construção de um novo berço de atracação, e a ampliação do Píer 2 do terminal portuário, para atender às demandas de produção e exportação.

**Hidrogênio verde em Pecém**

Além disso, o Complexo de Pecém tem recebido diversos outros investimentos seguindo o propósito de desenvolver o hub de hidrogênio. Entre eles está o projeto da empresa australiana Fortescue, para a criação de uma usina visando a produção de hidrogênio verde. Aprovado em outubro, a previsão de investimentos é de R$ 17,5 bilhões, com as instalações iniciando ainda em 2024 na ZPE (Zonas de Processamento de Exportação) de Pecém. O início das operações está previsto para agosto de 2028.

Além de novos empreendimentos o complexo cearense vem investindo em parcerias comerciais. Uma delas é o recém-assinado tratado dos portos do Pecém, Roterdã, nos Países Baixos e Duisport, na Alemanha, para a expansão do Corredor Verde.

O pacto foca no transporte de combustíveis sustentáveis, como o e-metanol e a amônia verde, visando alcançar objetivos de descarbonização e segurança energética. Além disso, o acordo garante o compromisso de ambos os portos europeus de apoiar e desenvolver projetos em Pecém para transição energética no Brasil.

Lançado em abril de 2024, o Livable Planet Fund é um fundo do Banco Mundial que permite com que governos, filantropos e outros parceiros possam contribuir e ajudar projetos que vão em direção ao combate aos desafios globais.
***Fonte: ME – Movimento Econômico***
***Data: 20/12/2024***

# ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

## RIO PARAGUAI: LANÇADA A PRIMEIRA CONSULTA PÚBLICA PARA CONCESSÃO HIDROVIÁRIA DO BRASIL

Período para envio de contribuições ocorre entre 26 de dezembro de 2024 e 23 de fevereiro de 2025
Compartilhe: Compartilhe por Facebook Compartilhe por LinkedIn Compartilhe por WhatsApplink para Copiar para área de transferência

***- Foto: Vosmar Rosa (MPor)***

Brasília, 19/12/2024 – Em evento realizado nesta quinta-feira (19), no Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), foi dado o pontapé inicial para a consulta pública do projeto de concessão da Hidrovia do Rio Paraguai, marcando a primeira iniciativa do tipo no Brasil. A ação visa promover a transparência e a participação social na modelagem do projeto, que é considerado um marco para o setor hidroviário nacional.

O período para envio de contribuições, subsídios e sugestões sobre a modelagem e os documentos da concessão será de 26 de dezembro de 2024 a 23 de fevereiro de 2025. As minutas jurídicas e documentos técnicos relativos à Audiência Pública nº 18/2024 estão disponíveis neste link.

“É um marco na história da infraestrutura hidroviária brasileira. Estamos falando do maior projeto de infraestrutura em desenvolvimento regional na América do Sul, que é a Hidrovia do Rio Paraguai. Ele combina desenvolvimento sustentável e eficiência logística, oferecendo ganhos significativos para toda a cadeia produtora da região, além do desenvolvimento das empresas de navegação.”, afirmou o diretor-geral da ANTAQ, Eduardo Nery.

Durante o evento, houve uma apresentação técnica sobre o projeto realizado pela ANTAQ. A exposição foi conduzida pelo diretor Albert Vasconcelos, relator da matéria, e pelo superintendente de Estudos e Hidrovias, Bruno Pinheiro. Ambos detalharam os aspectos estratégicos e logísticos do empreendimento, que visa impulsionar o transporte hidroviário e integrar o agronegócio brasileiro à infraestrutura nacional.

A consulta pública é mais um passo para garantir um modelo robusto e alinhado às políticas públicas para o setor hidroviário. Na semana passada, a Agência encaminhou ao Ministério de Portos e Aeroportos os documentos relativos à modelagem da licitação. Após a análise da pasta. O processo reflete o compromisso do Governo Federal com a modernização e expansão da infraestrutura logística no Brasil.

**Sobre a concessão**
A Hidrovia do Rio Paraguai compreende o trecho entre Corumbá (MS) e a Foz do Rio Apa, localizada no município de Porto Murtinho (MS), e o leito do Canal do Tamengo, no trecho compreendido no município de Combumbá. A extensão total do projeto é de 600 km.

Nos primeiros cinco anos de concessão, serão realizados serviços de dragagem, derrocagem, balizamento e sinalização adequados, construção de galpão industrial, aquisição de draga, monitoramento hidrológico e levantamentos hidrográficos, melhorias em travessias e pontos de desmembramento de comboio, implantação dos sistemas de gestão do tráfego hidroviário, incluindo Vessel Traffic Service (VTS) e River Information Service (RIS), além dos serviços de inteligência fluvial.

Essas melhorias vão garantir segurança e confiabilidade da navegação. O investimento direto estimado nesses primeiros anos é de R$ 63,8 milhões. O prazo contratual da concessão é de 15 anos com possibilidade de prorrogação por igual período.

**Tarifa baixa e gratuita**
Ainda segundo a modelagem, foi definido que somente será feita a cobrança de tarifa para a movimentação de cargas quando a concessionária entregar os serviços previstos na primeira fase do contrato. Em relação ao transporte de passageiros e de cargas de pequeno porte não haverá cobrança de tarifa.

A previsão de tarifa, pré-leilão, é de até R$1,27 por tonelada de cargas. O critério de licitação pode ser menor tarifa, por isso, esse valor ainda poderá ser reduzido. No entanto, existe a possibilidade, durante a realização da consulta pública, de alteração no critério do certame.

**Movimentação**
O transporte de cargas do Rio Paraguai, após a concessão, está estimado entre 25 e 30 milhões de toneladas a partir de 2030, o que significa um aumento significativo de movimentação em relação ao praticado atualmente. No ano passado, a hidrovia transportou 7,95 milhões de toneladas de cargas, um aumento de 72,57% em relação a 2022.

Em 2023, as hidrovias foram responsáveis por transportar mais de 157 milhões de toneladas de carga, quase 10% de todo o transporte aquaviário ocorrido no período. Esse volume de carga transportada tem um potencial ainda maior para ser desenvolvido e a busca por investimento privado nesse segmento vai ao encontro da busca por uma maior eficiência logística nacional.

**Trafegabilidade**
Com a concessão, a hidrovia vai contar com um calado de 3 metros quando o rio estiver cheio e de 2 metros em períodos de seca, o que vai garantir a trafegabilidade das embarcações durante todo o ano, ou pelo menos a maior parte dele.

Levando em consideração as estiagens extremas dos últimos anos, o contrato também prevê a distribuição adequada dos riscos com o concessionário com a criação da Zona de Referência Hidrológica Contratual, que consiste em avaliação estatística do comportamento hidrológico do Rio Paraguai.

***Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários***
***Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ***
***Fone: (61) 2029-6520 - FAX: (61) 2029-6517 - E-mail: asc@antaq.gov.br***
***Data: 20/12/2024***

gov.br Presidência da República
Portos e Aeroportos

## GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

### AVIAÇÃO EM CRESCIMENTO: BRASIL BATE RECORDE DE VIAJANTES EM VOOS PARA O EXTERIOR

Com 2,1 milhões de passageiros transportados em novembro, país registra crescimento de 14% na comparação com o ano passado

***Pela primeira vez na história, o país movimentou mais de 2 milhões de viajantes no mercado internacional no mês de novembro***

A aviação civil brasileira alcançou um novo marco em novembro, com um recorde de mais de 2,1 milhões de passageiros em voos internacionais. Esse número representa um aumento de 14% em relação ao mesmo período de 2023, quando 1,8 milhão de pessoas viajaram para o exterior. O crescimento do setor reflete a recuperação do mercado aéreo e o fortalecimento do Brasil como um hub de turismo, conectando cada vez mais pessoas ao mundo.

Pela primeira vez na história, o país movimentou mais de 2 milhões de viajantes no mercado internacional no mês de novembro. O indicador segue em alta pelo 44º mês consecutivo. Esse dado reforça o compromisso do Governo Federal, por meio do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), em expandir a conectividade aérea com os demais continentes.

O ministro da pasta, Silvio Costa Filho, ressaltou as várias ações adotadas pelos setores público e privado com o objetivo de fortalecer o modal aéreo e alcançar o crescimento da aviação. "Estamos tendo um ano de muito sucesso na nossa aviação internacional, com previsão de ser o melhor da história. O bom resultado alcançado até aqui é fruto de grandes parcerias realizadas com o Ministério do Turismo, Embratur, empresas aéreas e toda a cadeia produtiva. Entre as ações realizadas pelo Governo Federal está o lançamento do Programa de Aceleração do Turismo Internacional (PATI), com investimentos para promover o turismo internacional", avaliou.

De janeiro a novembro deste ano, mais de 22,6 milhões de turistas passaram pelos aeroportos brasileiros em voos para o exterior. Esse indicador acumula uma alta de 17% em relação aos dados apurados no mesmo período do ano passado. Chile, Portugal, Argentina e Estados Unidos são os destinos com maior fluxo de turistas, tendo o Brasil como origem e/ou destino. O número de voos no mercado internacional também apresentou variação positiva. No mês de novembro, foram cerca de 12 mil operações para o exterior. No acumulado do ano, o indicador cresceu 15,6%.

**Crescimento interno**

Se no mercado internacional os números são positivos, no mercado doméstico não é diferente. O número de viajantes dentro do país alcançou 8 milhões no último mês, o que representa um crescimento de 6% em relação ao mesmo período de 2023. Esse é o melhor valor para o período desde 2019. Os números reforçam a ascensão do turismo nacional ao longo deste ano. A oferta de voos também cresceu no período (6,5%), com destaque para as regiões Sudeste e Nordeste.

Considerando a movimentação total de viajantes na aviação civil brasileira, de janeiro a novembro foram mais de 107 milhões de pessoas transportadas pelo modal aéreo. A movimentação geral e no mercado internacional são as melhores para o mês de novembro desde o início da série histórica, iniciada em 2000. Os dados aqui apresentados fazem parte do painel de Demanda e Oferta, disponibilizado pela Agência Nacional de Aviação Civil.

Recentemente, de acordo com dados divulgados pela Associação Internacional de Transportes Aéreos (IATA), o Brasil se tornou o quarto maior mercado no ranking mundial de voos domésticos, representando 1,2% do total mundial. Em operações nacionais, o país teve um crescimento de 6,6%, média acima do mercado global (5,6%). O resultado indica uma franca recuperação do país no número de passageiros em voos domésticos, atrás apenas de Estados Unidos, China e Japão.

***Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF***
***Data: 20/12/2024***

# MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS INSTITUI COMITÊ DE GOVERNANÇA PARA GARANTIR EFICIÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA

Na primeira reunião da comissão, nesta quarta-feira (19), foram instituídas as políticas e ações que serão trabalhadas pela pasta

***Diagnóstico sobre a governança no Ministério de Portos e Aeroportos foi apresentado e proposto a criação de três subcomitês - Foto: Eduardo Oliveira/MPor***

Ominístro Silvio Costa Filho abriu, nesta quarta-feira (19), a 1ª Reunião do Comitê Ministerial de Governança do Ministério de Portos e Aeroportos na sede da pasta. No encontro foram formalmente apresentados os membros do Comitê e discutida a importância da comissão para a melhoria da governança e eficiência no setor público.

Um diagnóstico sobre a governança no MPor foi apresentado e proposto a criação de três subcomitês com os temas: Integridade e Transparência, Governança Digital e Segurança da Informação e o Comitê de Governança de Dados, Gestão da Informação e do Conhecimento.

A comissão tem como papel principal coordenar e implementar estratégias para fortalecer e melhorar a eficiência das políticas e ações ministeriais. Entre suas atribuições estão a definição de diretrizes estratégicas em áreas como inovação digital, planejamento estratégico, gestão de riscos, sustentabilidade socioambiental, eficiência administrativa, e promoção de investimentos.

O conselho também é responsável por promover a transparência, a integridade, e a prestação de contas dentro da administração pública, garantindo a implementação de boas práticas regulatórias e a participação da sociedade.

***Reunião do comitê***

## Atribuições

No Comitê de Governança, o ministro exerce o papel de liderança e supervisão geral das atividades. Como presidente, ele é responsável por definir as estratégias e diretrizes da governança pública, garantindo que as políticas e ações ministeriais estejam alinhadas aos princípios de transparência, responsabilidade e eficiência.

Já a secretária-Executiva, terá papel na coordenação das atividades do Comitê e será responsável por garantir que as diretrizes definidas sejam operacionalizadas e acompanhadas corretamente. Ela também atuará como substituta do ministro em sua ausência.

Os secretários Nacionais têm a responsabilidade de garantir a implementação eficaz das políticas e ações em suas respectivas áreas de atuação.

A próxima reunião do Comitê Ministerial está marcada para o dia 11 de março de 2025.

***Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF***
***Data: 20/12/2024***

# MINISTÉRIO DOS PORTOS E AEROPORTOS É INTEGRADO OFICIALMENTE AO COMITÊ INTERMINISTERIAL PARA COORDENAR REGULAMENTAÇÃO DO COMBUSTÍVEL DO FUTURO

MPor participa das discussões em torno das regulações do Combustível do Futuro

***Criação do Comitê foi formalizada pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) - Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil***

O Governo Federal oficializou a criação do Comitê Técnico Permanente Combustível do Futuro (CTP-CF), por meio de uma publicação no Diário Oficial da União (DOU) desta quinta-feira (19). O Ministério dos Portos e Aeroportos, sob a liderança do ministro Silvio Costa Filho, integra o Comitê, visando participar das discussões sobre as regulamentações do Combustível do Futuro.

A criação do Comitê foi formalizada por meio de um despacho elaborado pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e assinado pelo Ministério de Minas e Energia (MME). Entre as ações a serem discutidas, o Comitê se encarregará, por exemplo, de definir os valores de Carbono da Fonte de Energia (ICE) e de regular a participação de combustíveis líquidos ou gasosos, bem como da energia elétrica, com vistas ao cumprimento das metas do Programa Mover.

O ministro Silvio Costa Filho ressaltou a importância de discutir e propor soluções voltadas à preservação ambiental, utilizando novas tecnologias para otimizar o uso de matrizes energéticas sustentáveis.

"A participação do Ministério dos Portos e Aeroportos neste Comitê é fundamental para o desenvolvimento do Combustível do Futuro. Estamos em um momento crucial, no qual é necessário repensar a utilização de recursos naturais na produção de combustíveis para abastecer os terminais portuários e aeroportuários. Precisamos de soluções que minimizem os impactos ambientais", afirmou o ministro.

Entre os temas que serão regulamentados pelo Comitê, estão a definição dos valores da Intensidade de Carbono do Energético (ICE) e a participação de combustíveis líquidos, gasosos ou de energia elétrica, para avaliar o cumprimento das metas do Programa Mover. Também serão discutidas a implementação de mandatos de descarbonização, com o uso de SAF e biometano, e as metas de participação volumétrica do diesel verde, em relação ao diesel comercializado ao consumidor final. O Comitê ainda coordenará os testes das misturas E35 (35% de etanol anidro misturado à gasolina) e B25 (25% de biodiesel misturado ao diesel fóssil).

**Sobre o Comitê**
O Comitê foi criado para proporcionar agilidade, transparência e legitimidade nas ações necessárias à regulamentação de dispositivos previstos na Lei do Combustível do Futuro (14.993/24), sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em outubro, e elaborada pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

O MME coordenará o CTP-CF, que contará também com representantes da Casa Civil da Presidência da República, dos ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ciência, Tecnologia e Inovação; Fazenda; Relações Exteriores; Meio Ambiente e Mudança do Clima; Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Transportes, além da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) e Advocacia-Geral da União (AGU).

***Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF***
***Data: 20/12/2024***

## GOVERNO LANÇA CONSULTA PÚBLICA PARA CONCESSÃO DA HIDROVIA DO RIO PARAGUAI

Primeira concessão de hidrovia do país tem investimentos previstos de R$ 63,8 milhões, para garantir segurança na navegação

***Audiência pública vai receber contribuições e sugestões sobre o modelo de concessão da hidrovia do Rio Paraguai - Foto: Vosmar Rosa/MPor***

O ministro Silvio Costa Filho, de Portos e Aeroportos, anunciou nesta quinta-feira (19) a abertura de uma nova consulta pública, desta vez para colher contribuições e sugestões sobre o modelo de concessão para a hidrovia do Rio Paraguai, a primeira do Brasil. Os investimentos previstos são de R$ 63,8 milhões, para garantir segurança na navegação. O prazo para a concessão é de 15 anos, prorrogável por igual período.

A concessão compreende apenas o Tramo Sul, o Canal do Tamengo e as infraestruturas relacionadas, no trecho entre Corumbá (MS) e a foz do Rio Apa (extensão de 600 km), na parte que faz fronteira com o Paraguai (330 km) e com a Bolívia (48 km). Com a concessão, a hidrovia contará com um calado de 3 metros quando o rio estiver cheio e de 2 metros em períodos de seca, a fim de garantir a trafegabilidade das embarcações na maior parte do ano.

"Por entender a importância que as hidrovias têm na agenda logística do Brasil, é imprescindível que façamos essas entregas ao longo do ano de 2025", afirmou o ministro após assinar o termo para a abertura da consulta pública sobre a concessão da hidrovia do Rio Paraguai. "Este ano, demos um passo importante para a agenda hidroviária brasileira. Tínhamos essa dívida histórica com o setor hidroviário do país e estamos trabalhando para sanar essa dívida."

Costa Filho disse ainda que a prioridade do seu Ministério é realizar esses processos licitatórios nos próximos anos, "para dar tranquilidade e previsibilidade para quem quer investir no Brasil", continuou. "A partir de agora, vamos iniciar o processo de preparação para, no segundo semestre de 2025, ir para a B3 e bater o martelo para essa primeira concessão. E, a partir dela, vamos abrir uma grande oportunidade para o país no setor de hidrovias. Temos a hidrovia do Tocantins, que é muito importante para o Arco Norte, a hidrovia do Madeiro, que dialoga com toda a região do Amazonas, e temos a hidrovia do Parnaíba, que será a primeira de concessão estadual do país. E demandas como a do São Francisco, entre outras. Isso vai ajudar o setor produtivo, reduzindo em quase 40% o custo logístico para os grupos que operam, sobretudo com o olhar para o minério de ferro e o trigo", explicou.

A empresa vencedora deverá entregar, nos primeiros cinco anos de concessão, os serviços de dragagem, monitoramento hidrográfico, sinalização e balizamento náutico, gestão e operação do tráfego aquaviário e gestão ambiental, construção de galpão industrial, melhorias em travessias e pontos de desmembramento de comboio.

Segundo o secretário Nacional de Hidrovias, Dino Antunes, o trabalho conjunto com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e o estudo feito sobre a concessão garantirão o sucesso da primeira concessão hidroviária do país. "Este não é um projeto para o governo, mas para a logística nacional. Projetos como esse mostram uma visão de Estado, e o projeto de concessão hidroviária vai mudar o setor no país", afirmou, garantindo ainda que a concessão é o que vai transformar o que temos de rios navegáveis em hidrovias. "Com a dragagem necessária, os

derrocamentos necessários, o sistema de sinalização constante, tudo isso faz parte de uma sinalização de política pública. E agradecemos ao ministro Silvio Costa Filho por mostrar, de forma muito clara, que este é um projeto importante."

Já o diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, destacou o momento histórico para o país ao abrir uma audiência pública sobre a concessão de uma hidrovia. “Estamos entregando uma hidrovia internacional. A hidrovia do Rio Paraguai é o maior projeto de infraestrutura e o mais integrador do desenvolvimento regional na América do Sul. Com projetos de longo prazo, com uma concessionária atuando o ano todo, vamos fazer com que se desenvolvam novos terminais portuários, a região produtora e, do ponto de vista ambiental, não haverá prejuízos; os nossos estudos mostram isso", garantiu.

**Movimentação de cargas**
O transporte de cargas pelo Rio Paraguai, após a concessão, está estimado entre 25 e 30 milhões de toneladas a partir de 2030, o que representa um aumento significativo em relação à movimentação praticada atualmente. No ano passado, a hidrovia transportou 7,95 milhões de toneladas de cargas, um aumento de 72,57% em relação a 2022.

"Quando olhamos para a nossa matriz de movimentação de carga, vemos que o potencial de ganho real é muito grande. Essa carga precisa ser movimentada por algum lugar e, em algum momento, nossos portos vão chegar ao limite da sua capacidade, e as hidrovias, tenho certeza, serão a nossa principal solução para fazermos frente a esse volume de cargas que está chegando", afirmou o secretário Nacional de Portos, Alex Ávila.

**Participa + Brasil**
Poderão participar municípios, concessionárias ou quaisquer outros interessados em contribuir com o projeto. A plataforma de participação social é o “Participa + Brasil”. Serão 60 dias de Consulta Pública na plataforma, com a realização de uma Audiência Pública 45 dias após a abertura da consulta.

O edital para o leilão deverá ser publicado em maio de 2025, e o leilão deverá ocorrer em julho do mesmo ano, ambos após a manifestação favorável do Tribunal de Contas da União (TCU).
***Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF***
***Data: 20/12/2024***

gov.br Presidência da República
Ministério dos Transportes

## GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

### RECORDE DE LEILÕES RODOVIÁRIOS GARANTEM R$ 111 BI PARA MODERNIZAÇÃO DE ESTRADAS BRASILEIRAS E TARIFAS ATÉ 70% MAIS BARATAS

Maior ciclo de concessões de rodovias da história do país aumenta a segurança das vias, reduz custos logísticos e facilita o escoamento da produção em rotas essenciais

***Equipe reunida no Leilão da BR-381/MG -Foto: Marcio Ferreira/MT***

O maior ciclo de leilões rodoviários da história brasileira é um marco da atual gestão do Governo Federal. Sob a coordenação do Ministério dos Transportes, do início de 2023 até o dia 19 de dezembro de 2024, foram

realizados nove leilões para concessão de sistemas rodoviários em todo o país. Número recorde, que tem o potencial de impulsionar mais de R$ 111 bilhões em investimentos para a modernização da infraestrutura nacional de transportes.

“A ideia do presidente Lula é conseguir descontos maiores nos pedágios, tornando o deslocamento nas rodovias mais barato para a população”, assegurou o ministro dos Transportes, Renan Filho, lembrando que as concessões agora fazem parte das prioridades listadas no Novo PAC. Ele explica que, só no leilão do lote 3 das rodovias integradas do Paraná, no último dia 12, a oferta da vencedora do certame representa 70% de desconto sobre a tarifa média praticada hoje na região: de R$ 25 para 100 quilômetros, o povo paranaense passará a pagar, em média, R$ 10.

Conforme Renan Filho, o ministério tem uma carteira arrojada, com expectativa de realização de 15 leilões para o ano de 2025. “É o maior pipeline do mundo. Temos projetos bem estruturados, com maturidade regulatória e estabilidade jurídica, que são requisitos muito importantes para atrair investidores. Com isso trazemos muito investimento da iniciativa privada”, acrescenta.

Consolidando a nova política de concessões de rodovias federais, os leilões conectam regiões populosas, proporcionam mais segurança à população, melhor trafegabilidade e mobilidade urbana. Além disso, aceleram o desenvolvimento regional, ao gerar emprego e renda nas regiões onde as obras são executadas. O programa assegura ainda o escoamento de produção em rotas essenciais para construir o futuro do Brasil.

Fundamental para garantir o fluxo logístico eficiente, a nova política de concessões atrai investimentos privados, aliviando o caixa público e permitindo maior agilidade nas obras de manutenção e expansão da malha rodoviária nacional. São cerca de 4.300 quilômetros de rodovias concedidas nesta gestão.

“Ampliar a capacidade das rodovias reduz o número de acidentes e o custo de transporte, melhora a competitividade dos nossos produtos no exterior e é comida barata na mesa dos brasileiros”, ressalta a secretária nacional de Transporte Rodoviário, Viviane Esse. “O sucesso dos leilões mostra que temos uma matriz de risco clara para proteger tanto o investidor como o cidadão, pois garante a execução das obras. Mostra também que o Brasil tinha uma capacidade reprimida de investimentos", avalia a secretária.

**Inovação**
Lançada em 2023 e consolidada neste ano, a nova política de outorga ajustou a modelagem dos contratos para promover uma maior disputa pelo sistema, menor impacto financeiro aos usuários e rentabilidade adequada aos concessionários, com garantia de investimentos na ampliação e manutenção das rodovias.

O modelo prevê ainda que o recurso anteriormente exigido como contrapartida para a União seja integralmente aplicado na execução das obras previstas nos novos contratos de concessão.

Outro avanço é a Portaria Nº 622/2024, que estabelece diretrizes de alocação de, no mínimo, 1% da receita bruta de contratos de concessões rodoviárias federais para o desenvolvimento de infraestrutura sustentável. Os novos projetos de concessões rodoviárias devem incluir ações para alternativas sustentáveis de coleta e descarte de recursos, conservação da fauna e flora, incentivo à eficiência energética e uso de fontes de energia renováveis.

Na avaliação do ministro Renan Filho, sozinho, o Brasil não teria condições de fazer investimentos com seus próprios recursos para melhorar a infraestrutura na velocidade que o país precisa. “Então, nós estamos inovando. Nós viramos essa chave de fazer um leilão: de um leilão e meio por ano para sete leilões por ano. E em 2025 nós vamos fazer 15 leilões, entre eles os das otimizações que vão resolver problemas dos contratos desequilibrados do passado. Estamos fazendo melhor as coisas novas e resolvendo os problemas do passado", destacou.

**Novos entrantes**

Em 2023 e 2024, os leilões receberam cerca de 23 propostas, de 15 diferentes grupos – entre empresas, consórcios e fundos de investimentos: 14 deles foram novos entrantes, que não atuavam ainda no setor de infraestrutura de transportes quando entraram na disputa por uma rodovia federal.

**Confira os principais resultados dos leilões promovidos pela atuação gestão do Ministério dos Transportes:** https://www.flickr.com/photos/mtransportes/54214961746/in/album-72177720322672950

**Otimização de contratos**

Outro instrumento importante para acelerar obras, ampliar investimentos e gerar mais empregos é o Programa de Otimização de Contratos de Concessão de Rodovias do Governo Federal, coordenado pelo Ministério dos Transportes.

Instituído pela Portaria nº 848, de 25 de agosto de 2023, o programa permite a retomada imediata da execução de obras em concessões que estão com os contratos "estressados", com obras paralisadas e obrigações suspensas. Tratam-se de contratos que são ou seriam alvos de relicitação. Com a assinatura dos termos aditivos, as concessionárias se comprometem a iniciar obras imediatamente e ainda renunciam a todos os processos judiciais, administrativos e arbitrais existentes.

O secretário-executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro, ressalta que o Brasil busca soluções contratuais benéficas a todas as partes. “Em 2024 fechamos acordos que atenderam ao modelo otimizado, de modo a incluir as intervenções que precisam ocorrer na rodovia, com repactuação do prazo da concessão e do valor previsto na tarifa de pedágio”, explicou.

O Programa de Otimização deve resultar em 1,5 mil quilômetros de rodovias duplicadas, sendo 436,9 quilômetros entre 2024 e 2026. Também estão previstos mais 849,5 quilômetros de faixas adicionais – 209,6 quilômetros no ciclo até 2026.

No total, os contratos em processo de otimização devem garantir a implantação de 19 Pontos de Parada e Descanso (PPDs) para caminhoneiros nas rodovias beneficiadas. A estimativa é de que as obras e serviços a elas relacionados resultem na abertura de 1,6 milhão de empregos diretos, indiretos e efeito-renda.

Até o momento, o programa já conta com a adesão de 14 contratos de concessão referentes a rodovias que atravessam 13 unidades da Federação: Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Destes pedidos de adesão, três otimizações já foram aprovadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) – Eco101, MSVIA, Fluminense – e cinco estão em análise na Corte de Contas – Via Bahia, Fernão Dias, Régis Bittencourt, Via Brasil e Concebra.

Uma das principais diferenças entre a repactuação via otimização de contrato e uma relicitação é que a otimização aproveita projetos já existentes e licenciamentos válidos, só que de forma atualizada. Com isso, as novas obras devem ser iniciadas em até 30 dias após a assinatura dos termos aditivos.

Um processo que poderia levar quatro anos ou mais em uma relicitação, uma vez que é preciso aguardar o término dos contratos vigentes para abertura de um novo edital de licitação, independentemente da urgência e relevância do empreendimento.
***Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF***
***Data: 20/12/2024***

## RENAN FILHO VAI A JOAQUIM GOMES (AL) PARA ANUNCIAR INÍCIO DE DUPLICAÇÃO DA BR-101/AL, AGUARDADA HÁ DÉCADAS

Ações vão garantir segurança viária das comunidades originais que vivem próximas à rodovia

Após um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) histórico do Governo Federal e representantes de comunidades indígenas, o ministro dos Transportes, Renan Filho, anuncia o início das obras de duplicação da BR-101/AL. Nesta segunda-feira (23), ele estará na Escola Indígena José Máximo de Oliveira, em Joaquim Gomes, quando também fará a entrega de veículos para atividades agrícolas e assistência médica e escolar do município e cidades vizinhas.

As obras na BR-101/AL totalizam 12 quilômetros de trechos não contínuos, além de ações de infraestrutura remanescentes que vão beneficiar cerca de 100 mil pessoas. Serão investidos R$ 250 milhões.

O maior impacto será na segurança viária das comunidades originárias que vivem na região. Nos últimos anos, mais de 150 pessoas morreram vítimas de acidentes e atropelamentos nos trechos afetados pelo TAC. A maior parte das vítimas era dos povos Wassu-Cocal, Karapotó, Karapotó Plak-ô e Kariri-Xocó.

**Cobertura de imprensa**
Não há necessidade de credenciamento para os profissionais de imprensa interessados em cobrir a cerimônia.

**SERVIÇO**
O quê: Entrega de veículos e anúncio de obras de duplicação na BR-101
Quando: Segunda-feira (23), às 11h
Onde: Escola Indígena José Máximo de Oliveira, Área Indígena Wassu Cocal, SN Cocal - Zona Rural - Joaquim Gomes
***Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF***
***Data: 20/12/2024***

## EPR VENCE LEILÃO PELO LOTE 6 DO PARANÁ: CONCESSÃO DE MAIOR INVESTIMENTO DOS ÚLTIMOS 2 ANOS GARANTE R$ 20 BI PARA MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO

Projeto desenvolvido pelo Ministério dos Transportes inclui conjunto de obras com duplicação de 462,47 quilômetros de rodovia, implantação de 31,4 quilômetros de faixa adicional, áreas de escape e três Pontos de Parada e Descanso (PPDs) para caminhoneiros

***Equipe do Ministério dos Transportes bate o martelo para encerrar o leilão do Lote 6 - Foto: Marcio Ferreira/MT***

O grupo EPR vai assumir a administração do Lote 6 do Paraná. O trecho inclui, entre as estradas, a BR-277/PR, no trecho que liga Foz do Iguaçu a Guarapuava. A abertura do envelope com a proposta única da empresa aconteceu nesta quinta-feira (19): a futura concessionária ofereceu 0,08% de desconto sobre a Tarifa Básica de Pedágio. Esse foi o último leilão de rodovias realizado pelo Ministério dos Transportes neste ano e assegura R$ 20,11 bilhões em aportes para o conjunto de rodovias que integram o lote: são R$ 12,67 bilhões de Capex Reidi e R$ 7,44 bilhões Opex.

"O maior investimento em uma concessão rodoviária federal dos últimos dois anos será no Lote 6 do Paraná", afirmou o ministro dos Transportes, Renan Filho, ao bater o martelo durante a sessão pública realizada na Bolsa de Valores de São Paulo, a B3. “A região que tinha menos investimentos que outras agora vai ficar à altura do seu potencial, com tarifas 34% menores às que eram cobradas, com muito mais investimentos, quase 500 quilômetros de duplicação”, ressaltou.

Também conhecida como "Grande Estrada", a BR-277 é a principal rodovia do Paraná. Ela conecta o extremo oeste do estado ao Porto de Paranaguá, o segundo maior do país. Caracteriza-se, deste modo, por um alto tráfego de caminhões de grande porte e containers que escoam produção do interior paranaense, estados vizinhos como Mato Grosso do Sul e São Paulo, e mesmo do exterior, em especial Paraguai e Argentina. As outras estradas que integram o Lote 6 são as federais BR-163/PR e BR-469/PR e as estaduais PR-158/180/182/280/483, que se interligam com a BR-277.

De acordo com o governador do Paraná, Ratinho Junior, a rodovia corta a região na qual está previsto o maior crescimento do estado até 2050. “A ligação com Paraguai e Foz do Iguaçu são estratégicas para a produção e transporte de alimentos e tem a maior movimentação fronteiriça com a América do Sul”, afirmou.

Conforme o diretor presidente do grupo EPR, José Carlos Cassaniga, ocorre no Brasil uma relevante etapa de modernização rodoviária. “A concessão é um marco para o desenvolvimento econômico do estado e as conexões regionais, nacionais e internacionais, com segurança viária, conforto e agilidade”, destacou.

Mediante a concessão, a EPR ficará responsável por executar um conjunto de obras que inclui a duplicação de 462,47 quilômetros de rodovia, implantação de 31,4 quilômetros de faixa adicional, áreas de escape e três Pontos de Parada e Descanso (PPDs) para caminhoneiros.

**Confira as melhorias previstas:**

Estradas em boas condições

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) mantém os serviços de manutenção do Lote 6 desde 2021, quando o contrato anterior de administração das rodovias foi encerrado. A partir de 2023, o órgão aumentou o volume de recursos investidos na região e intensificou os trabalhos de recuperação, sinalização, pavimento e manutenção da faixa do meio. Um trabalho que se traduziu em 97% das rodovias deste lote consideradas boas, segundo o Índice de Condição da Manutenção (ICM) apurado em outubro deste ano.

O critério da menor tarifa associada à curva de aporte foi uma das inovações deste projeto de concessão. Ele também traz tarifa diferenciada para pista dupla e pista simples; desconto de 5% para usuários de dispositivos de pagamento eletrônico, além de descontos progressivos de acordo com a frequência de uso da rodovia; e determinação de aporte de ao menos 1% da receita bruta em infraestrutura resiliente.

**Recorde**

A atual gestão tem como prioridade a melhoria da malha rodoviária do Brasil. Neste sentido, mantém, junto ao aumento de investimentos públicos, uma das maiores e mais arrojadas carteiras de concessões rodoviárias do mundo voltada à atração de investimentos privados.

Somente neste ano, o Ministério dos Transportes promoveu nove certames, que juntos vão injetar R$ 111,83 bilhões para ampliação da infraestrutura viária do país. Somente em duplicações serão 1644,96 quilômetros, além de ações de melhoria das estradas e, consequentemente, da segurança, para motoristas e pedestres.

Para 2025, estão previstos 15 leilões, entre eles de otimizações de contratos considerados “estressados” – com valores defasados e performance insatisfatória, especialmente com obras atrasadas. “Estamos fazendo melhor as coisas novas, as novas concessões, e ao mesmo tempo resolvendo os problemas do passado, com as otimizações", concluiu o ministro Renan Filho.

***Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF***
***Data: 20/12/2024***

Portogente
Fazendo o mundo mais ágil.

# PORTAL PORTO GENTE

## PORTO DE PARANAGUÁ BATE RECORDE HISTÓRICO DE MOVIMENTAÇÃO DE CONTÊINERES

***Redação Portogente***

**Pela primeira vez, 1,5 milhão de TEUs foram movimentados em menos de um ano**

Lideranças da empresa pública Portos do Paraná e representantes do Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP) celebraram, nesta quarta-feira (18), a marca histórica de movimentação de contêineres no Estado. Em menos de um ano, o Porto de Paranaguá movimentou 1,5 milhão de TEUs (medida equivalente a contêineres de 20 pés de comprimento), um número 25% maior que o recorde anual anterior, registrado em 2023, com 1,25 milhão de TEUs.

***Foto: Divulgação***

“Essa marca foi atingida com muita eficiência pela TCP e por todos os colaboradores, simbolizando a força do Estado do Paraná, além do compromisso da TCP e da China Merchants com o desenvolvimento contínuo da nossa logística”, afirmou o diretor-presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia. O diretor Financeiro, Marcos Bonoski, e o diretor de Operações, Gabriel Vieira, também estiveram presentes no evento.

Como comparativo, os 1,5 milhão de TEUs representam um comprimento total de 9.144 quilômetros de contêineres, aproximadamente a mesma distância em linha reta entre Paranaguá e Barcelona, na Espanha (9.085 quilômetros).

“Enfatizo que este número é apenas o começo. Vamos avançar ainda mais no próximo ano, além de aprimorar nossas instalações,” afirmou o CEO da TCP, James Cao, durante a cerimônia comemorativa realizada no cais do terminal.

Rafael Stein Santos, gerente Institucional e Jurídico da TCP, destacou que “em 2021, comemoramos a marca de 1 milhão de TEUs. Hoje, apenas três anos após esse feito, atingimos 1,5 milhão de TEUs movimentados, um aumento de 50%”.

Um dos fatores que contribuíram para o aumento da produtividade foi a atualização do calado – que corresponde à distância entre o ponto mais profundo da embarcação (quilha) e a superfície da água – realizada pela Portos do Paraná, juntamente com as obras de derrocagem.

“Com o aumento do calado, reduzimos o tempo de espera para atracação e desatracação, o que gera uma vantagem financeira aos clientes, além de elevar a produtividade operacional”, explicou Garcia.

Outro fator que impulsionou os números foi a ampliação da oferta de serviços marítimos de longo curso e a retomada das operações de cabotagem. “Consolidamos ainda mais a liderança nacional da TCP, com um total de 25 escalas semanais, reforçando ao mercado que estamos firmemente posicionados para nos tornarmos um dos principais hubs portuários da costa leste da América do Sul,” pontuou Carolina Merkle Brown, gerente Comercial de Armadores da TCP.

***Fonte: Portal Porto Gente***
***Data: 19/12/2024***

# CERCA DE UM MILHÃO E SETECENTOS MIL VEÍCULOS VÃO PASSAR PELAS RODOVIAS ADMINISTRADAS PELA ECORIOMINAS ENTRE OS FERIADOS DO NATAL E ANO NOVO

***Por Maithe Morotti***

A EcoRioMinas prevê uma circulação de aproximadamente um milhão e setecentos mil veículos nas rodovias durante o período entre os feriados do Natal e Ano Novo, entre os dias 20 e 02/01. Na BR-116 (RJ), no sentido Serra, o dia de maior movimento está previsto para sexta-feira (20), quando se espera a passagem de mais de 85 mil veículos. Já para o feriado de Ano Novo, o dia com maior fluxo será na sexta-feira (27/12), quando se espera que cerca de 86 mil veículos retornem em direção ao Rio de Janeiro.

**Rio X Teresópolis**

A concessionária estima que entre os dias 20 de dezembro e dois de janeiro, 210 mil veículos passarão pela BR-116 (RJ), no trecho que contempla a Serra de Teresópolis. O dia de maior movimento será sexta-feira (27/12), quando a previsão é de 21 mil veículos passantes na rodovia.

**Rodovia Presidente Dutra**

A estimativa é de que cerca de 326 mil veículos passem pela Dutra no período das festas de fim de ano. O dia de maior movimento será na sexta-feira, com a previsão de 33 mil veículos.

***BR116 em Leopoldina (Foto: Luciano Baía Meneghite - 09/06/2024) Leopolsinense.***

**Equipes operacionais em ação!**

Durante o feriado, nossas equipes estarão na rodovia, prontas para atender rapidamente e liberar as pistas da melhor maneira. Viaturas de inspeção, motos, guinchos, ambulâncias de UTI e de resgate estarão disponíveis para garantir sua segurança.

Os motoristas que precisarem fazer uma parada ao longo da viagem contam com bases de serviços operacionais ao longo do trecho. As estruturas podem ser usadas como ponto de apoio para os motoristas e são compostas por sanitários, água, entre outras comodidades e ficam localizadas em pontos estratégicos que permitem o deslocamento rápido das equipes para os atendimentos.

Para agilizar a passagem nos dias de maior movimento, teremos mais papa-filas (arrecadadores volantes) nas praças de pedágio. Para agilizar seu atendimento você pode fazer o pagamento com cartão por aproximação nas funções débito e crédito.

**Obras**

As obras em andamento na BR-116, na Rodovia Presidente Dutra, serão interrompidas durante o período das festas, entre os dias 21/12 e 6/01. Já na BR-493, Magé-Manilha, as obras não vão acontecer entre os dias 23/1 e 02/01.

**Canais de atendimento**

Fique atento aos semáforos e aos Painéis de Mensagens Variáveis, onde destacamos informações de segurança e ocorrências na via. Antes de viajar, verifique as condições de trânsito pelo Twitter (X) @ecoriominas ou pelo site www.ecoriominas.com.br. Em caso de emergência, nossas equipes estão prontas para ajudar. É só ligar para o telefone 0800 116 0493 ou 0800 116 0465 (para deficientes auditivos). Desejamos a você uma viagem tranquila e um ótimo feriado!

***Fonte: Portal Porto Gente***
***Data: 19/12/2024***

## ECOPONTE PREVÊ QUE DOIS MILHÕES DE VEÍCULOS PASSEM PELA PONTE RIO-NITERÓI ENTRE OS FERIADOS DE NATAL E ANO NOVO

***Por Maithe Morotti***

***O dia de maior movimento será na sexta (20), quando cerca de 81 mil veículos seguirão para Niterói e cidades da Região dos Lagos.***

A previsão da concessionária Ecoponte para os feriados de Natal e Ano Novo é que cerca de dois milhões de veículos passem pela Ponte Rio-Niterói de sexta-feira (20/12) até a quinta-feira (02/01). O dia de maior movimento será na sexta (20), quando cerca de 81 mil veículos seguirão para Niterói e cidades da Região dos Lagos. Já para o feriadão de Ano Novo, dia 26 será o de maior movimento com espera de aproximadamente 86 mil veículos na via. Para o retorno das festas, são esperados que no dia 2/01, cerca de 87 mil veículos retornem para o Rio de Janeiro.

Confira os horários em que a Ecoponte espera maior movimento e planeje sua viagem:

- Sexta-feira (20/12): 8h às 23h
- Quinta-feira (26/12): 7h às 22h
- Terça-feira (02/01): 6h às 20h

Nossas equipes operacionais estarão posicionadas na rodovia, prontas para agilizar os atendimentos e liberar as pistas com rapidez. Viaturas de inspeção, motos, guinchos e ambulâncias UTI e de resgate estarão à disposição para garantir sua segurança. Importante destacar que a Ponte Rio-Niterói possui monitoramento com câmeras em 100% do trecho e a Polícia Rodoviária Federal – PRF utiliza esses recursos para fiscalizar a rodovia.

Para tornar sua passagem ainda mais rápida nos dias de maior movimento, os papa-filas (arrecadadores volantes) estarão em maior número na praça de pedágio. Lembrando que pagamentos através de cartão de crédito e débito, só são aceitos na opção aproximação.

***Foto: G20 Estado do Rio de Janeiro***

Dicas para motociclistas e transportadores

Se estiver de moto, faça uma revisão completa do veículo e use equipamentos de segurança adequados. E para quem transporta bicicletas, pranchas e bagagens, atenção aos limites e amarrações corretas.

Uso responsável da pista automática

O uso indevido da pista automática sobrecarrega os funcionários e prejudica a fluidez do tráfego. Por isso, verifique a TAG antes de seguir viagem e em caso de não funcionamento ou algum dano, opte pelas cabines de pagamento manual.

Atenção durante a viagem!

Fique atento aos semáforos e Painéis de Mensagens Variáveis, onde reforçamos nossas mensagens de segurança. Antes de sair de casa, confira as condições de trânsito através do Twitter (X) @_ecoponte e no site www.ecoponte.com.br

Nossas equipes estarão à disposição para ajudar em qualquer emergência, e você pode acionar o atendimento pelo telefone 0800 77 76683 e 0800 77 76684 – para deficientes auditivos. Desejamos uma viagem segura e um ótimo feriado!

***Fonte: Portal Porto Gente***
***Data: 19/12/2024***

BE NEWS – BRASIL EXPORT

## EDITORIAL – A HIDROVIA DO PARAGUAI E A LOGÍSTICA BRASILEIRA

***DA REDAÇÃO*** ***redacao@portalbenews.com.br***

A primeira concessão de uma hidrovia no Brasil, no Tramo Sul do Rio Paraguai, começou a se tornar realidade nessa quinta-feira, dia 19, com o lançamento da consulta pública para esse processo. A medida é estratégica para a logística do País. Ao abrir as portas para investimentos privados nesse modal de transporte, o Governo Federal demonstra sua compreensão da importância estrutural das hidrovias para a economia nacional.

O potencial da Hidrovia do Paraguai é imenso. Com a conclusão das obras, o País poderá contar com uma nova rota para o escoamento das produções agrícola, mineral e industrial, reduzindo custos e aumentando a competitividade das empresas brasileiras no mercado internacional. A estimativa de aumentar a movimentação anual de carga de 8 milhões para 30 milhões de toneladas em cinco anos demonstra o enorme potencial de crescimento desse corredor logístico.

A concessão da hidrovia não apenas beneficiará o setor de transportes, mas também terá um impacto positivo em diversas outras áreas da economia. A redução dos custos logísticos, por exemplo, permitirá que as empresas brasileiras ofereçam produtos mais competitivos no mercado internacional, gerando mais empregos e renda para a população. Além disso, a hidrovia contribuirá para o desenvolvimento regional, incentivando a instalação de novas empresas e a geração de riquezas nas regiões próximas aos rios.

No entanto, para que os benefícios da hidrovia se concretizem, é fundamental que o processo de concessão seja conduzido de forma transparente e eficiente. O Governo Federal deve garantir que as empresas interessadas em participar do leilão tenham acesso a todas as informações necessárias e que o processo seja livre de qualquer tipo de interferência política.

É importante destacar que a hidrovia é um modal de transporte sustentável, que causa menos impactos ambientais do que o transporte rodoviário. Ao investir nesse modal, o Governo também demonstra seu compromisso com o desenvolvimento sustentável do País.

A participação da sociedade civil nesse processo é fundamental. As comunidades ribeirinhas, os produtores rurais, as empresas de transporte e os demais interessados devem ser ouvidos e suas contribuições devem ser consideradas na elaboração do edital de concessão.

Nesse cenário, a concessão da Hidrovia do Paraguai representa uma oportunidade única para o Brasil. Ao investir nesse modal de transporte, o Governo está dando um passo importante para modernizar a logística do país e aumentar sua competitividade no mercado global. É fundamental que esse processo seja conduzido de forma transparente e eficiente, com a participação de todos os atores envolvidos.

***Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT***
***Data: 20/12/2024***

## NACIONAL - HUB – CURTAS - DÓLAR CAI E FECHOU PRÓXIMO DE R$ 6,10

***Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES*** ***leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br***

### *DIA DE QUEDA 1*

Após um dia de trégua no mercado financeiro, o dólar teve forte queda e fechou próximo de R$ 6,10, refletindo a intervenção recorde do Banco Central (BC) no câmbio e a aprovação de parte do pacote de corte de gastos na Câmara dos Deputados. A bolsa de valores iniciou o dia em forte alta, mas perdeu força perto do fim das negociações e registrou pequena alta.

### *DIA DE QUEDA 2*

O dólar comercial encerrou esta quinta-feira (19) vendido a R$ 6,122, com recuo de R$ 0,146 ***(-*** 2,32%). Apesar da queda, o valor de fechamento é o segundo maior da história do real, só perdendo para a véspera, quando a moeda norte-americana fechou em R$ 6,26.

### *RESERVAS INTERNACIONAIS*

A cotação chegou a abrir em alta, atingindo R$ 6,28 por volta das 10h15, mas passou a cair após o BC vender US$ 8 bilhões das reservas internacionais em dois leilões, um de US$ 3 bilhões, anunciado na quarta-feira (18) à noite, e outro de US$ 5 bilhões, realizado perto do fim da manhã.

### *CORTE DE GASTOS*

A moeda operou em torno de R$ 6,14 no início da tarde e caiu ainda mais após a Câmara dos Deputados aprovar a proposta de emenda à Constituição (PEC) do pacote de corte de gastos do governo. A larga margem favorável à votação (354 votos no primeiro turno e 348 no segundo) trouxe alívio. Na mínima do dia, por volta das 15h45, a cotação chegou a R$ 6,10.

### *ATAQUE, NÃO 1*

O diretor de Política Monetária e próximo presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, disse nesta quinta-feira, dia 19, não ver um ataque especulativo como justificativa para a alta do dólar nos últimos dias. Segundo o diretor, o termo ataque especulativo não resume corretamente o movimento de alta na moeda americana, que chegou a valer R$ 6,30 esta manhã, mas recuou diante dos leilões de venda de US$ 8 bilhões pelo BC.

### *ATAQUE, NÃO 2*

Para Galípolo, não é correto tratar o mercado como uma coisa só, um bloco monolítico, e que sempre haverá posições contrárias com alguém vendendo ou comprando ativos.”Quando o preço de ativo (como o dólar) se mobiliza em uma direção, têm vencedores e perdedores. Ataque especulativo não representa bem como o movimento está acontecendo no mercado hoje”, explicou Galípolo.
***Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT***
***Data: 20/12/2024***

## FERROVIAS - RELICITAÇÃO DA MALHA OESTE PROMETE R$ 18 BI EM INVESTIMENTOS

Projeto inclui modernização de infraestrutura ferroviária entre São Paulo e Mato Grosso do Sul, com foco em tecnologia e sustentabilidade
***Por YOUSEFE SIPP yousefe.sipp@redebenews.com.br***

***A Malha Oeste interliga ferrovias e conexões intermodais, desempenhando papel chave no transporte de cargas, como grãos e minérios, para o Porto de Santos e outros destinos (Foto: Divulgação)***

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) aprovou na quinta-feira (19) os procedimentos relativos à tomada de subsídios no processo de relicitação da ferrovia Malha Oeste, que conecta os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. A partir da decisão, cabe à Agência elaborar e encaminhar ao Ministério dos Transportes o Plano de Outorga para a realização do certame. A previsão é de que sejam investidos cerca de R$ 18 bilhões em obras e custos de operação ao longo de 60 anos de contrato.

O projeto trata da concessão para a exploração do empreendimento ferroviário, com extensão total de 1.625,30 km, limitando-se a Leste por Mairinque (SP) e a Oeste pela municipalidade de Corumbá (MS). A modelagem abrange a ampliação dos pontos de cruzamento, a implantação de sinalização e

centros de controle operacional (CCOs) com comunicação via satélite. Além disso, é esperado a renovação da frota, investimentos em oficinas, instalação e aquisição de equipamentos de via.

As sugestões foram recebidas pela ANTT durante o ano de 2023, totalizando 114 manifestações orais e escritas. Os interessados tiveram a oportunidade de contribuir para o aprimoramento das minutas do Edital e do Contrato, assim como dos estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental do projeto.

Entre os pedidos, Manoel Rodrigues, diretor da EVO Engenharia, destacou a necessidade de incorporar tecnologias modernas na ferrovia, propondo a inclusão de sistemas que reduzam custos operacionais.

“É possível realizar alguma adequação no trajeto dessa concessão para que, com a implantação de inovações no material rodante, seja possível economizar significativamente em rodas e combustíveis, aumentando a rentabilidade do ramal e, assim, reduzindo consideravelmente os custos?”, propôs Rodrigues.

José Roberto Martins, vereador de Bauru (SP), sugeriu a implementação de melhorias na limpeza dos terrenos ferroviários para beneficiar as cidades da região.

“O PAC Ferroviário em Bauru é enorme. Chegamos a ser o maior entroncamento ferroviário da América Latina. Mas, hoje, o que vemos é o total abandono: o PAC inteiro, com as oficinas mecânicas gigantescas para receber os vagões, está parado, e a estação onde funciona a administração está abandonada há quase 20 anos, se deteriorando”, contou.

Luiz Antônio Sola Filho, diretor da Transfesa, ressaltou a importância de que sejam usados equipamentos sustentáveis na nova operação das linhas ferroviárias, como vagões que utilizem combustíveis menos poluentes, por exemplo.

“Uma outra falha também do projeto é que estamos falando de locomotivas que estão 20 anos atrasadas. Nós temos que pensar numa locomotiva com tração verde. […] para fazer dessa uma ferrovia limpa, não só útil para toda a região que ela atende, mas sustentável também”, disse.

Aristides Cordeiro, CEO da Tribuna do Pantanal, criticou a decisão de retirar o trecho de Ponta Porã (MS) da relicitação da Malha Oeste e mencionou que o turismo poderia ser uma alternativa viável, além do transporte de carga, para a região.

“O que me deixa entristecido é que se fala que essa malha viária de Ponta Porã é inviável, talvez seja inviável para o agronegócio, mas pode ser totalmente viável para o turismo”, observou Cordeiro.

Lucas Asfor, diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), é o relator do projeto e, junto com a equipe técnica da autarquia, deverá elaborar a nova proposta de concessão.

**Relicitação**
Segundo informações da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), o novo leilão vai ser realizado devido à solicitação de adesão ao processo de relicitação (devolução da concessão) feita pela Rumo Logística em 2020, junto à ANTT.

Parte da justificativa informada pelo Governo Federal declara que: “A infraestrutura da Malha Oeste, incluindo sua via permanente, encontra-se depreciada. Durante anos, a atual concessionária realizou investimentos em patamares insuficientes para a sua manutenção. O subinvestimento acarretou perda da capacidade de transporte. Atualmente, os trens trafegam com velocidades abaixo de seu potencial e o volume de carga transportado é limitado”, diz o trecho na íntegra.

A Malha Oeste interliga ferrovias e conexões intermodais, desempenhando papel chave no transporte de cargas, como grãos e minérios, para o Porto de Santos (SP) e outros destinos.
***Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT***

***Data: 20/12/2024***

## CONSULTA PÚBLICA ABRE CAMINHO PARA PRIMEIRA CONCESSÃO DE HIDROVIA NO BRASIL

Tramo Sul do Rio Paraguai receberá R$ 63,8 milhões em investimentos e promete revolucionar logística no Mato Grosso do Su

***Por YOUSEFE SIPP yousefe.sipp@redebenews.com.br***

***O ministro Silvio Costa Filho, de Portos e Aeroportos, anunciou nesta quinta-feira (19) a abertura de uma nova consulta pública, desta vez para colher contribuições e sugestões sobre o modelo de concessão para a hidrovia do Rio Paraguai, a primeira do Brasil. Foto: Divulgação/MPor***

O ministro Silvio Costa Filho, de Portos e Aeroportos, anunciou nesta quinta-feira (19) a abertura de uma nova consulta pública, desta vez para colher contribuições e sugestões sobre o modelo de concessão para a hidrovia do Rio Paraguai, a primeira do Brasil. Os investimentos previstos são de R$ 63,8 milhões, para garantir segurança na navegação. O prazo para a concessão é de 15 anos, prorrogável por igual período.

***A EXPECTATIVA DO GOVERNO FEDERAL É QUE O EDITAL PARA A CONCESSÃO SEJA PUBLICADO EM MAIO DE 2025, COM O LEILÃO PROGRAMADO PARA OCORRER EM JULHO***

A expectava do Governo Federal é que o edital para a concessão seja publicado em maio de 2025, com o leilão programado para ocorrer em julho. O canal abrange as infraestruturas no trecho entre a cidade de Corumbá (MS) e a foz do Rio Apa, localizada no município de Porto Murtinho (MS). A extensão total é de 600 km, sendo 330 km na parte que faz fronteira com o Paraguai e 48 km na divisa com a Bolívia.

O escopo da outorga estabelece que, nos primeiros cinco anos de atuação, a concessionária será responsável pela execução de diversos serviços, como dragagem, monitoramento hidrográfico, sinalização e balizamento náutico, além da gestão e operação do tráfego aquaviário e das questões ambientais. Também está prevista a construção de um galpão industrial, melhorias nas travessias e adequações nos pontos de desmembramento de comboios.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, revelou que os estudos de demanda realizados pela pasta indicam que, em um período de cinco anos, para a hidrovia, “a gente espera sair de 8 milhões de toneladas de carga movimentadas para 30 milhões. Isso muda completamente o escopo da produção”, contou.

Em relação às questões tarifárias, foi estipulado que a cobrança pela movimentação de carga será feita somente quando a concessionária concluir as obras da primeira fase do contrato. Já para o transporte de passageiros ou mercadorias de pequeno porte, não haverá taxa.

A previsão é de que o valor cobrado seja de até R$ 1,27 por tonelada de carga, embora o critério para definir o ganhador do certame seja quem oferecer a tarifa menor. Por isso, o custo pode ser reduzido.

De acordo com o projeto, a hidrovia terá um calado de 3 metros quando o nível do rio estiver elevado e de 2 metros nos períodos de seca, garantindo que as embarcações possam circular durante a maior parte do ano.

O secretário nacional de Hidrovias, Dino Antunes, detalhou que a outorga ajudará a expandir o escoamento de novos produtos, impulsionando a atividade econômica do estado.

“A concessão do Tramo Sul da Hidrovia do Paraguai será fundamental para viabilizar não apenas o transporte de minério de ferro, uma atividade já consolidada naquela região, mas também o transporte de granel sólido agrícola, especialmente no sul do Mato Grosso do Sul”, afirmou.

A concessão compreende apenas o Tramo Sul, o Canal do Tamengo e as infraestruturas relacionadas, no trecho entre Corumbá (MS) e a foz do Rio Apa (extensão de 600 km), na parte que faz fronteira com o Paraguai (330 km) e com a Bolívia (48 km). Com a concessão, a hidrovia contará com um calado de 3 metros quando o rio estiver cheio e de 2 metros em períodos de seca, a fim de garantir a trafegabilidade das embarcações na maior parte do ano.

Sobre as questões ambientais, o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Eduardo Nery, explicou que, em 2024, o Rio Paraguai enfrentou períodos de seca e estiagem extrema, sendo necessários serviços emergenciais realizados pelos agentes públicos.

“Por mais que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) faça trabalhos na região, ainda enfrentamos grandes dificuldades, não só orçamentárias, mas muitas vezes também de ordem ambiental”, disse.

“Dentro do escopo da concessão, esperamos que isso seja migado, também com um projeto de longo prazo, com uma concessionária atuando rotineiramente ao longo do ano naquele corpo hidroviário. Isso vai garantir que, nos 15 anos de contrato, a gente tenha previsibilidade e consiga desenvolver as empresas de navegação”, completou Nery.

**Redução de custos**
A senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS) observou como Mato Grosso do Sul e a região Centro-Oeste podem ajudar a reduzir os custos dos produtos comprados no mercado internacional.

“Estamos no centro da América Lana, somos um estado que faz divisa com outros cinco e tem fronteira com dois países”, pontuou. “Se os carros que nós adquirimos e importamos da Argentina, via Porto de Santos (SP), chegassem pelo Rio Paraguai, nós economizaríamos cerca de 73% na logística. Os números são impressionantes”, finalizou.

O presidente da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), Vander Costa, ressaltou que a nova concessão permitirá aumentar a intermodalidade dos setores de transporte.

“Não há concorrência entre os modais. Hoje, todo o transporte é feito pelo rodoviário porque não há hidrovia. Assim, logo, naturalmente, o proprietário da carga vai optar pelo meio mais barato”, explicou. “Da lavoura até o ponto de embarque, o transporte rodoviário vai predominar, já que os resultados são melhores para o primeiro percurso, de 300 km a 400 km. Agora, o transporte a longas distâncias não é viável”. Também participaram do evento o secretário nacional de Portos, Alex Ávila, e a diretora da Antaq Flávia Takafashi.
***Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT***
***Data: 20/12/2024***

## NACIONAL - NO ÚLTIMO LEILÃO DO ANO, GRUPO EPR VENCE LOTE 6 DAS RODOVIAS DO PARANÁ

Pacote inclui a duplicação de trechos da BR-277 e PR-182, com investimentos esmados em R$ 20 bilhões
***Por CÁSSIO LYRA cassio.lyra@redebenews.com.br e PAULO JOSÉ RIBEIRO paulo.ribeiro@redebenews.com.br***

***O ministro Renan Filho posa para a tradicional bada de martelo: o leilão do Lote 6 foi o segundo do pacote de rodovias paranaenses em que o Grupo EPR foi o vencedor***

O Grupo EPR venceu o leilão do Lote 6 do pacote de rodovias do Estado do Paraná, realizado na manhã de quinta-feira (19) na Bolsa de Valores de São Paulo, a B3. A futura concessão rodoviária prevê investimentos de R$20 bilhões em 662 quilômetros de rodovias e vai garantir a duplicação de 70% das estradas do trecho.

Única empresa participante do certame, a EPR fez oferta de desconto de 0,08% em relação ao valor da tarifa de referência estipulada no edital do projeto ((R$ 0,1758).

O pacote do Lote 6 do Paraná completa todo o eixo da BR277, desde a região Oeste, na fronteira com Paraguai e Argentina, até o Porto de Paranaguá, o principal complexo portuário do Estado. Os demais trechos da rodovia estão inclusos nos primeiros lotes que já foram concedidos.

“Este é o trecho com o maior volume de obras de todos os seis lotes do pacote de concessões rodoviárias do Paraná. Isso significa que vamos promover um dos maiores investimentos em infraestrutura da América La- na no Oeste e o Sudoeste paranaense, levando mais segurança viária e produtividade para o Paraná, Ranho Júnior (PSD).

Conforme o edital, de todos os investimentos previstos na concessão, R$ 12,6 bilhões serão aplicados em grandes obras e os R$ 7,4 restantes serão aplicados para manutenção e operação das estradas. O Lote 6 engloba as rodovias BR163, BR-277, PR-158, PR-180, PR-182, PR-280 e PR-483.

“Estamos falando de 450 quilômetros de duplicação e pouco mais de 600 quilômetros concedidos. Praticamente todo o trecho vai ser duplicado, que é para rar a diferença da infraestrutura dessa região, no Noroeste do estado, das outras, que tinham uma infraestrutura melhor que ela. Por isso esse lote tem um volume de investimentos maior. É um modelo equilibrado, que vai garantir as obras necessárias e vai garantir melhorias para a população”, afirmou o ministro dos Transportes, Renan Filho.

Entre as principais obras que a concessionária vencedora deverá tirar do papel estão 462 quilômetros de duplicações, a maior parte na BR-277, mas também na PR-182, no Sudoeste. A concessão vai de Cascavel até Pato Branco. A BR-277, que faz conexão do Planalto ao Porto de Paranaguá, terá todo trecho duplica do, atendendo a uma antiga demanda do setor produtivo, para o escoamento de produtos.

Além das obras, a concessão vai garantir uma redução nas tarifas de pedágio em relação ao contrato anterior. A tarifa arrematada pela vencedora do leilão é cerca de 30% mais baixo do que as angas tarifas praticadas nos trechos, se ainda estivessem vigentes, que eram de cerca de R$ 0,26 por quilômetro rodado.

“Tínhamos um preço do passado que era 34% maior e sem a obra. Estamos falando do maior projeto de lotes feito pelo Governo Federal e pelos Governos estaduais. Era um lote que tinha um desafio muito grande. Essa modelagem, que passou a ser uma referência, e outros estados buscam fazer parecido, é justamente o que traz uma garantia de ter investimentos e um preço justo”, analisou o governador.

Este é o segundo leilão do pacote de rodovias paranaenses em que o Grupo EPR sai vencedor. No ano passado, a empresa arrematou o leilão do Lote 2, e opera desde o começo do ano rodovias localizadas em Curitiba, Campos Gerais, Norte Pioneiro e no Litoral.

**Lotes restantes**
Segundo a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a expectava do Governo é entregar os lotes 4 e 5 — os restantes dos seis pacotes de concessões — para licitação já em 2025, a partir do segundo semestre.

“Ainda é muito difícil dizer o mês exato, entre julho, agosto, setembro, no máximo. Trabalhamos para fazer o quanto antes. Depende do prazo do Tribunal de Contas da União (TCU), mas o compromisso é encerrar os seis lotes do Paraná em 2025, e consolida esse projeto de rodovias integradas, que é um novo benchmark para que todos os estados brasileiros possam pensar e acelerar o desenvolvimento da malha viária”, comentou o diretor geral da ANTT, Rafael Vitale.
***Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT***
***Data: 20/12/2024***

## NACIONAL - LULA FAZ EXAMES EM SÃO PAULO E É LIBERADO PARA VOLTAR A BRASÍLIA

De acordo com a equipe médica, presidente está em bom estado de saúde e poderá retomar suas atividades com restrições leves
***DA REDAÇÃO*** ***redacao@portalbenews.com.br***

***Apesar de o exame do presidente Lula ter sido considerado “muito satisfatório” pela equipe médica, ele deve passar por nova avaliação daqui a dez dias e evitar exercícios físicos até lá (Foto: Paulo Pinto/Agência Brasil)***

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) realizou uma tomografia na manhã de quinta-feira (19), no Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, que confirmou seu bom estado de saúde. Com o resultado positivo, Lula está liberado para retornar a Brasília (DF), onde poderá retomar suas atividades normalmente.

Segundo a equipe médica, o exame foi considerado “muito satisfatório”. Uma nova avaliação está programada para daqui a dez dias, mas até lá, foi recomendado que o presidente evite exercícios físicos. Durante sua recuperação, Lula já recebeu visitas de ministros, o que reforça a estabilidade de seu quadro de saúde.

Lula passou por uma cirurgia de emergência no início de dezembro para drenar um hematoma na cabeça, causado por uma queda em outubro. No último dia 12, ele realizou um procedimento endovascular para prevenir novos sangramentos.

Após receber alta no domingo (15), o presidente permaneceu em sua residência em São Paulo para continuar a recuperação. Agora, com o aval médico, Lula deve passar as festas de fim de ano na capital federal.
***Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT***
***Data: 20/12/2024***

## REGIÃO SUL - JUSÇA SUSPENDE FEDERALIZAÇÃO DO PORTO DE ITAJAÍ E MANTÉM GESTÃO MUNICIPAL

TRF-4 atendeu pedido para que a transição seja realizada de forma planejada, sem impactos imediatos nas operações
***Por YOUSEFE SIPP*** ***yousefe.sipp@redebenews.com.br***

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) concedeu na quinta-feira (19) uma liminar que suspende temporariamente o processo de federalização do Porto de Itajaí (SC), anunciado pelo Governo Federal no início da semana. Com a decisão, a administração do porto permanece sob o

comando do município até que seja finalizada a transição gerencial necessária, em conformidade com o convênio de delegação.

***O complexo portuário de Itajaí, em Santa Catarina, é o segundo maior do Brasil em termos de movimentação de contêineres, ficando atrás apenas do Porto de Santos, em São Paulo***

A medida foi tomada pela desembargadora federal Ana Cristina Ferro Blasi, que acolheu o pedido do Foro Metropolitano da Foz do Rio Itajaí. A magistrada destacou que a mudança abrupta na gestão do empreendimento poderia trazer impactos negativos para a economia local e para a continuidade das operações, gerando incertezas políticas e jurídicas, além de comprometer aspectos financeiros, como a alocação de recursos e a execução de projetos licitatórios.

Em tese, o documento indaga que o Executivo não considerou um planejamento adequado para a condução das atividades inerentes ao terminal e, nem respeitou as discussões, que ocorreram há mais de um ano, sobre a renovação do convênio de municipalização.

“Manifestações anteriores, sugestivas da continuidade da delegação, geram expectavas e repercussões políticas e jurídicas de consideráveis efeitos.

Há uma série de contingenciamentos de verbas públicas, de direcionamentos de receitas, de elaboração de planos licitatórios e de adequação de gastos que não podem, de inopino, sofrer interrupção”, diz um trecho da decisão.

A federalização do Porto de Itajaí foi anunciada pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) na última terça-feira (17). Em nota, a pasta informou que “não recebeu notificação oficial sobre o referido assunto. Assim que o MPor for formalmente notificado, o Governo Federal recorrerá da decisão”, diz a íntegra.

O empreendimento é considerado o segundo maior do Brasil em termos de movimentação de contêineres, ficando atrás apenas do Porto de Santos, em São Paulo. A disputa judicial sobre a gestão do terminal continua a gerar tensões, com implicações tanto para a administração local quanto para o planejamento estratégico do setor portuário nacional.

**Crise**

Desde 1995, o Porto de Itajaí é administrado pela prefeitura da cidade. O atual convênio de delegação municipal vence no próximo dia 31 e não foi renovado pelo Governo Federal, que optou por transferir a gestão do complexo para a estatal que administra o Porto de Santos.

A decisão da União foi tomada após uma série de problemas enfrentados pela gestão para manter o funcionamento do terminal catarinense nos últimos anos. A operação de contêineres na infraestrutura portuária ficou paralisada entre dezembro de 2022 e outubro de 2024, após o término do contrato com a antiga arrendatária, a APM Terminals.

Outro ponto crucial foi a paralisação dos serviços de dragagem em agosto de 2024, quando a empresa holandesa Van Oord suspendeu as operações devido a uma dívida de R$35 milhões.

***Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT***
***Data: 20/12/2024***

## PORTO DE ITAJAÍ - NAVIO SE DESPRENDE DO CAIS E PRÁTICO SOBE A BORDO PARA EVITAR ACIDENTE

Incidente ocorreu com o navio Irenes Resolve, na manhã desta quinta-feira, no berço 1 da JBS Terminais

***DA REDAÇÃO** redacao@portalbenews.com.br*

***Navio se desprendeu do cais e ficou girando no Rio Itajaí-Açu (Foto: Reprodução)***

Um navio ficou à deriva no canal do Rio Itajaí-Açu após se desprender dos cabos no Porto de Itajaí, em Santa Catarina. O incidente ocorreu na manhã desta quinta-feira (19). Um prático conseguiu subir a bordo e fazer uma manobra na embarcação, evitando maiores estragos e outros possíveis acidentes em alto mar.

De acordo com a Praticagem local, o incidente ocorreu por volta das 7 horas. O navio Irenes Resolve estava atracado no berço 1 do, operado pela JBS Terminais, quando os cabos arrebentarem e deixaram a embarcação à deriva.

Imagens de câmera de segurança mostraram o momento em que o navio se desprende do cais e começa a girar no canal aquaviário. Em seguida, chega a lancha da Praticagem, que se aproxima do navio para o embarque do profissional que manobra a embarcação.

De acordo com a Praticagem, o navio, com auxílio dos rebocadores, foi conduzido para a área de fundeio, a fim de evitar acidentes entre outras embarcações, entre elas a de passageiros, já que o local era próximo do Ferry Boat.

Em nota, a Marinha do Brasil informou que abriu um inquérito para apurar as causas do acidente. O BE News procurou a Superintendência do Porto de Itajaí (SPI), mas não obteve resposta até a publicação da reportagem.

***Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT***
***Data: 20/12/2024***

## REGIÃO SUL - SALGADO FILHO RETOMA VOOS INTERNACIONAIS APÓS SETE MESES

Aeroporto em Porto Alegre volta a operar com 100% da capacidade e anuncia novas rotas para América Latina e Europa

***Por CÁSSIO LYRA** cassio.lyra@redebenews.com.br*

***O primeiro voo internacional desde maio no Aeroporto Salgado Filho em Porto Alegre, ocorreu à 0h20 de quinta-feira, com o avião da Copa Airlines, vindo da Cidade do Panamá (Foto: Divulgação/Fraport)***

Depois de retomar as operações em 100% nesta semana, o Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre, recebeu na madrugada de quinta-feira (19) a primeira operação de voo internacional após sete meses. O aeroporto ficou fechado por meses após ficar completamente alagado em razão das enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul no mês de maio.

***"A RETOMADA DOS VOOS INTERNACIONAIS É EXCELENTE PORQUE, ALÉM DE PROJETAR O RETORNO DE INVESTIMENTOS E DESENVOLVIMENTO NA ECONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL, TAMBÉM REPRESENTA O AVANÇO DA RECONSTRUÇÃO DO ESTADO"***

***SILVIO COSTA FILHO***
***ministro de Portos e Aeroportos***

O primeiro voo internacional desde maio em Porto Alegre ocorreu à 0h20 com o avião da Copa Airlines, vindo da Cidade do Panamá. Pouco tempo depois, às 1h25, a mesma aeronave deixou a capital gaúcha e retornou ao Panamá.

Segundo informou a Fraport Brasil, concessionária que administra o aeroporto, o voo entre Porto Alegre e a Cidade do Panamá terá quatro frequências semanais a partir desta semana, todos operados pela Copa Airlines.

Segundo a concessionária, já estão confirmadas frequências de voos para o Brasil até abril do ano que vem.

A Latam Airlines vai retomar operações internacionais no Salgado Filho a partir de 2 de janeiro. Ao todo, serão três frequências semanais para Lima, no Peru, e para Santiago, no Chile.

Já no mês de março, a partir do dia 3, a Aerolineas Argentinas vai retomar a operação dos voos entre Porto Alegre e Buenos Aires, na Argentina. De acordo com a Fraport, essa é uma das rotas com demanda mais recorrente do aeroporto desde antes da paralisação das atividades.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, celebrou a retomada dos voos internacionais, e destacou o trabalho da pasta, junto com a Fraport, pela recuperação da malha aeroportuária do Rio Grande do Sul.

“A retomada dos voos internacionais é excelente porque, além de projetar o retorno de investimentos e desenvolvimento na economia do Rio Grande do Sul, também representa o avanço da reconstrução do estado. Estamos muito felizes que a soma de esforços entre o MPor e a Fraport já tem gerado bons frutos e tem possibilitado o bem-estar dos passageiros”, afirmou.

Na última segunda-feira, dia 16, o Salgado Filho voltou a operar com 100% da capacidade da sua infraestrutura aeroportuária. Com isso, o terminal volta a funcionar 24 horas por dia e terá aumento na frequência de movimentos diários.

A principal das melhorias é referente à pista de aeronaves, que passa a funcionar com 100% da sua capacidade. Anteriormente, durante a retomada parcial das atividades, somente 1.730 dos 3.200 metros de asfalto haviam sido liberados para pousos e decolagens.

Além disso, o aeroporto aumentou de seis para 14 posições de aeronaves no pátio, permitindo um maior número de movimentos, e o retorno de áreas para importantes autoridades, como a Receita Federal, Polícia Federal e a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

**TAP em abril**

No início da semana, a TAP Air Portugal confirmou a retomada de voos entre Porto Alegre e Lisboa a partir de 1° de abril de 2025, oferecendo assim uma nova opção de conexão do Brasil com a Europa a partir do Rio Grande do Sul.

Conforme o anúncio do Governo do Estado, a rota entre Lisboa e Porto Alegre será ofertada às terças, quintas e sábados, com partida da capital portuguesa às 13h05 e chegada a Porto Alegre às 20h25. Com duração total de 11h20, este é um dos voos mais longos da rede de destinos da empresa. No sentido contrário, o voo da TAP partirá da capital do estado às 21h55 e chegará ao aeroporto de Lisboa às 12h45.

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), destacou a importância do retorno da rota. “A retomada do voo internacional da TAP Portugal, conectando Porto Alegre a Lisboa, é um marco que simboliza não apenas a reconstrução do nosso Estado, liderada com determinação por

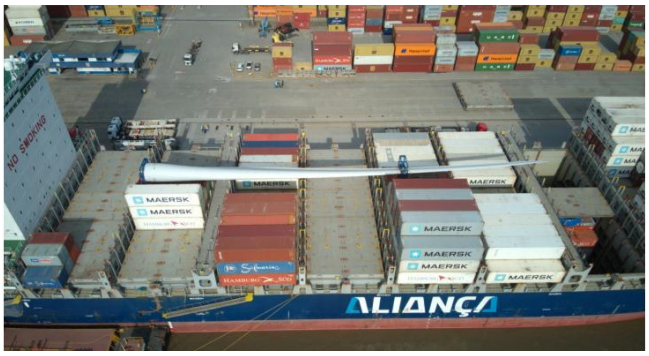
meio do Plano Rio Grande, mas também a confiança que conquistamos ao mostrar que o Rio Grande do Sul está preparado para se reconectar com o mundo", afirmou.

A CEO da Fraport, Andreea Pal, também enalteceu a iniciativa da companhia portuguesa. "O retorno da TAP e da rota de Porto Alegre para Lisboa é mais um importante passo para o Salgado Filho. Trabalhamos incansavelmente para devolver o aeroporto aos gaúchos, e a retomada de uma das rotas mais esperadas pelos passageiros consolida esse novo momento", comentou.

"Estamos muito felizes por anunciar o retorno das nossas operações em Porto Alegre. O Aeroporto Salgado Filho é um ponto estratégico para nós, e esta conexão representa um reforço na nossa conectividade entre o Brasil e a Europa. Sempre tivemos a ambição de voltar a operar rapidamente. Para nós, é uma grande satisfação termos duas rotas a ligar o sul do Brasil a Portugal", disse Luís Rodrigues, CEO da TAP.
***Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT***
***Data: 20/12/2024***

## REGIÃO SUL - TECON RIO GRANDE RECEBE 1ª CARGA DE PÁS EÓLICAS POR CABOTAGEM

Terminal gaúcho administrado pela Wilson Sons espera outras duas unidades nos próximos meses, vindas do Porto do Pecém
***Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br***




***A primeira pá eólica foi transportada pela linha ALCT2, operada pela Aliança Navegação e Logística, e chegou ao terminal operado pela Wilson Sons a bordo do navio Bartolomeu Dias (Foto: Divulgação/Wilson Sons)***

***NOSSO TERMINAL ESTÁ PREPARADO PARA RECEBER AS MAIS DIFERENTES CARGAS, QUE NECESSITAM DE UMA OPERAÇÃO LOGÍSTICA SEGURA E EFICIENTE"***

***Paulo Bertinett***
***diretor-presidente do Tecon Rio Grande***

A operadora portuária Wilson Sons deu início a uma operação inédita de cabotagem para a descarga de pás eólicas no Tecon Rio Grande, no Rio Grande do Sul. A primeira unidade foi transportada pela linha ALCT2, operada pela Aliança Navegação e Logística, e chegou ao terminal a bordo do navio Bartolomeu Dias, que faz escalas semanais no porto.

Nos próximos dois meses, mais duas pás eólicas devem ser movimentadas pelo terminal, também pela linha ALCT2. As cargas, com origem no Porto do Pecém, em Caucaia (CE), têm como destino final o município de Santana do Livramento, na região da fronteira Oeste do Rio Grande do Sul.

Com 72,71 metros de comprimento, as pás são um exemplo de carga de dimensões não convencionais que a Wilson Sons se mostra capacitada para receber. Durante o transporte, as pás foram posicionadas em estruturas de flat rack, equipamento móvel que serve de base para acomodar e movimentar mercadorias de grande porte até os navios.

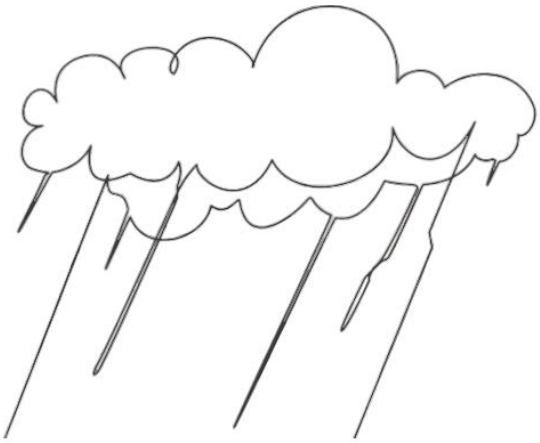
"Nosso terminal está preparado para receber as mais diferentes cargas, que necessitam de uma operação logística segura e eficiente. E isto só é possível graças aos investimentos constantes realizados na busca por aprimoramentos operacionais e em processos, para oferecer aos nossos clientes soluções personalizadas", afirma Paulo Bertinetti, diretor-presidente do Tecon Rio Grande.

Segundo ele, a utilização de navios de contêiner para o transporte de cargas de projetos oferece aos clientes uma maior variedade de rotas, graças às linhas regulares e semanais. "Essa operação,

devido a suas grandes dimensões, demonstra que armadores e terminais estão preparados para proporcionar aos clientes alternativas para seus embarques".
***Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT***
***Data: 20/12/2024***

## OPINIÃO – ARTIGOS - AS RODOVIAS E O ALERTA DA COP 30

***Por José Ronaldo Marques da Silva, o Boizinho - Presidente do Sindicato Nacional dos Cegonheiros (Sinaceg)***



O mundo viu, em parte descontente, o encerramento da COP-29, a conferência das Nações Unidas para o clima que terminou em Baku, no Azerbaijão. Prévia do que será discutido aqui no Brasil na COP-30, em novembro de 2025, o encontro se encerrou com um acordo que estipula investimentos de R$ 1,7 trilhão para prevenção e contenção de desastres climáticos, muito menos que os R$ 7,5 trilhões pedidos pelos países em desenvolvimento.

Baku fica a 13 mil quilômetros de São Paulo e alguém pode se perguntar por que um sindicato que representa cegonheiros está preocupado com um evento na Ásia. Porque a realidade do clima – principalmente a perspectiva de um não retorno no aquecimento global — tem criado problemas muito próximos e danosos aos brasileiros com eventos climáticos recentes, inclusive no que diz respeito ao transporte. E às estradas.

O que vimos no Rio Grande do Sul no início do ano, com mais de 180 mortes e 2,3 milhões de gaúchos afetados, é um indicativo gravíssimo. Os abusos ambientais e as consequências cobradas destroem vidas, estradas e, obviamente, a economia.

Estivemos por vários dias com os irmãos gaúchos em ações de solidariedade que somaram mais de 1 mil toneladas de roupas e alimentos. O que sentimos e vimos foi triste. Amargo. Até porque temos companheiros cegonheiros que sofreram na pele as consequências da maior tragédia ambiental brasileira.

Os efeitos dos eventos extremos não são isolados, infelizmente. Pegue-se a BR-101. Um dos mais belos e importantes corredores brasileiros de tráfego, com 4.389 quilômetros de extensão, perfilando 11 estados, do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte.

No Rio Grande do Sul, sofreu impactos das enchentes, mas a conta do clima não atingiu a 101 só naquela região. No trecho conhecido como Rio-Santos, a rodovia tem sido palco de problemas decorrentes de eventos climáticos extremos e ocupações de áreas de risco, instaladas em flagrante desrespeito às normas ambientais.

Um levantamento realizado pela Folha de S. Paulo aponta que mais de R$305 milhões foram gastos para reparar danos de chuvas intensas. Os valores foram aplicados em reparos decorrentes de 405 deslizamentos e sinistros registrados desde 2022, dos quais o último aconteceu em 20 de outubro, quando a rodovia foi interditada num trecho de 27 quilômetros na região de Mangaratiba (RJ).

Os efeitos das mudanças climáticas – os temporais que deixaram São Paulo sem energia em outubro são outro efeito da mesma causa – custam caro às cadeias produtivas que, como os cegonheiros, dependem das estradas para escoar o que produzem e vendem.

Note-se o dado alarmante da Confederação Nacional do Transporte (CNT). Um estudo da entidade mostra que, somente com a tragédia gaúcha de maio, serão necessários R$ 27 bilhões para que o sistema rodoviário brasileiro volte a operar como antes. Não é pouca coisa.

Infelizmente, as atenções voltadas às questões climáticas entraram no clima de certa polarização. Tema que deveria unir toda a sociedade, a sustentabilidade acabou sendo alvo de críticas as agendas à esquerda e à direita. No caso do setor de transporte, temos trabalhado sempre para incentivar o uso de combustíveis sustentáveis, mas isso precisa ser ampliado para todos os segmentos, em todos os países, principalmente os mais ricos.

Felizmente, o Brasil desempenhou um papel de relevo em Kabu ao anunciar a Nova Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC), que visa reduzir as emissões líquidas de gases de efeito estufa de 59% a 67% até 2035, em comparação ao quadro que tínhamos em 2005. É meta ambiciosa, mas o mundo precisa de mais.

A COP-30, nesse sentido, será uma grande oportunidade — talvez a última, antes de um ponto de não-retorno — de o Brasil e os demais países-membros da ONU chegarem a um consenso prático eficaz sobre o que se pode, ainda, fazer para que os eventos climáticos extremos sejam, se não contidos, minimizados.

São sombrios, os cenários que se avizinham para as próximas gerações. Mas a esperança de que os setores econômicos e governamentais do Brasil, em agenda unificada, possam fazer algo de diferente na COP de 2025 é uma luz que não pode esmorecer.
***Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT***
***Data: 20/12/2024***

SOPESP 25

## O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

### COMITÊS FENOP SE REÚNEM PARA BALANÇO 2024 E DESAFIOS 2025

A Federação Nacional das Operações Portuárias (FENOP) realizou na quinta-feira (12) a Reunião de encerramento das atividades dos seus comitês técnicos permanentes, na sede da CNT, em Brasília. O Presidente Sérgio Aquino abriu os trabalhos com informações e atualizações sobre os encaminhamentos da FENOP, inclusive o relatório CEPORTOS. Na sequência, o Comitê Técnico Permanente Jurídico trouxe sua apresentação, com os advogados Flávia Fardim e Ataídes Mendes Filho, que fizeram um apanhado dos acontecimentos jurídicos do setor portuária durante o ano de 2024.

O Comitê Técnico Permanente dos OGMOs foi o segundo a mostrar sua apresentação, com a João Poggi e Shana Bertol, que trouxeram os avanços e desafios dos ogmos em 2024. O foco foi a ação para fortalecimento dos OGMOS frente a uma possível ameaça de mudança legislativa

O coordenador do Comitê Técnico Permanente de Segurança, Saúde no Trabalho e nas Operações Portuárias, Hemerson Braga, abordou a NR 29 e suas atualizações, 3ª SENASSTP e 4ª SENASSTP, os POPs Contêiner, Celulose, Trabalho em Altura, Granel Vegetal e Granel Mineral e os indicadores TF e TG; 5.

Na parte vespertina, o Comitê Técnico Permanente de Responsabilidade Social e Ambiental, com a coordenadora, Daniela Monteiro, e a coordenadora adjunta, Karla Alves, abordaram a importância do novo tema dentro da área portuária. Elas mostraram uma pesquisa, feito em portos do Brasil, a com diversas variantes como: atividades inclusivas, diversidade, PCD, relação cidade-porto, reciclagem, relações com a água, emissão de gases e muito mais.

Na sequência, o coordenador do Comitê Técnico Permanente de Inovação e Desenvolvimento Tecnológico, Evandro Pause, finalizou o evento com os números voltados do seu segmento, bem como propostas e desafios.

O presidente da FENOP, Sérgio Aquino, agradeceu ao empenho de todos os comitês presentes, que vieram a Brasília, faze o balanço 2024 e citou os desafios de 2025.
***Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo***
***Data: 20/12/2024***

## MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS NO PORTO DE SANTOS SE MANTÉM AQUECIDAS E APONTA PARA MARCA HISTÓRICA EM 2024

***Informações: Autoridade Portuária de Santos (20 de dezembro de 2024)***

Com a entrega registrada em novembro, faltam, apenas, 6,2 milhões de toneladas para o Porto de Santos estabelecendo novo recorde anual de movimentação.

O Porto de Santos manteve seu protagonismo no comércio exterior brasileiro ao apresentar dados robustos de movimentação de cargas de janeiro a novembro de 2024, o maior volume de movimentação de cargas acumuladas em sua história para o período. Apesar de uma leve retração em alguns segmentos, o Porto registrou crescimento significativo em outros, reafirmando sua importância estratégica para o país.

O complexo portuário de Santos registrou, entre janeiro e novembro de 2024, mais de 167,1 milhões de toneladas, um crescimento de 6% em relação ao mesmo período de 2023. O desempenho robusto mantém a expectativa do recorde anual para o Porto, consolidando sua posição como principal hub logístico do Brasil.

Os embarques totalizaram 122,9 milhões de toneladas, um aumento de 3,8%, enquanto as descargas atingiram 44,1 milhões de toneladas, com alta expressiva de 12,5%.

“O desempenho histórico do Porto de Santos em 2024 reflete o fortalecimento da infraestrutura, o aprimoramento da eficiência operacional e a confiança de exportadores e importadores. Este resultado nos coloca ainda mais próximo de um registro anual, reafirmando a relevância do Porto de Santos como motor do comércio exterior brasileiro”, afirma o presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini.

No segmento de contêineres, a entrega também alcançou níveis inéditos. No mês de novembro, foram registrados 464,7 mil TEU (unidade equivalente a contêineres de 20 pés), 13,5% a mais que o mesmo mês de 2023, representando o melhor desempenho já registrado em um mês de novembro. No acumulado do ano, o volume chegou a 5,01 milhões de TEU, um crescimento de 15,2%, consolidando outro recorde histórico.

**Setores em evidência**
Os produtos do agronegócio tiveram papel central no desempenho do Porto. As participações por volume de carga ficaram maiores com:

- Soja em grãos: 27,8 milhões de toneladas movimentadas;
- Açúcar: 25,5 milhões de toneladas;
- Milho: 14,1 milhões de toneladas.

Produtos que registraram altas expressivas:

- Açúcar: aumento de 27,6%, com 25,5 milhões de toneladas;
- Café em grãos: crescimento de 50,3%, com 2,3 milhões de toneladas;
- Carnes: aumento de 35,4%, com 2,4 milhões de toneladas;
- Celulose: crescimento de 10,6%, com 7,39 milhões de toneladas.

No segmento de granéis sólidos, apesar de uma redução de 0,7% no volume total (85,6 milhões de toneladas), nas exportações de açúcar (+26,6%) e no farelo de soja (+5,4%) manteve forte desempenho. Já os granéis líquidos registraram 18 milhões de toneladas, crescimento de 1,9%, com destaque para a alta de gasolina (+49,3%) e óleo diesel (+4,6%). A carga geral solta somou 8,7 milhões de toneladas, crescendo 9,4%, com a celulose representando 7,5% do total.

O transporte de cargas no mês de novembro totalizou 14,2 milhões de toneladas, redução de 10% frente ao mesmo período do ano passado, por conta, principalmente, da redução nos embarques de milho e soja em grãos.

**Aumento no fluxo de navios**
Entre janeiro e novembro de 2024, o Porto de Santos recebeu 5.110 embarcações, um aumento de 3,3% em relação a 2023.

**Participação nas trocas comerciais**
A participação do Porto de Santos na corrente comercial brasileira cresceu, passando de 28,5% para 29,0% no período. Em termos financeiros, o volume movimentado chegou a US$ 161,6 milhões.

A China segue como principal parceira comercial, representando 27,3% das transações nacionais realizadas no ano através de Santos até novembro de 2024. O Estado de São Paulo manteve sua liderança nas exportações e realizadas pelo Porto, com 53,6% do total .
***Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo***
***Data: 20/12/2024***

## DP WORLD ABRIRÁ NOVOS ESCRITÓRIOS NO BRASIL
***Informações: ANBA (20 de dezembro de 2024)***

***Empresa de logística de Dubai que tem terminal no Porto de Santos anunciou a decisão de inaugurar seis novos escritórios direcionados ao setor de cargas em cidades brasileiras até 2026 – Imagem: DP World Brasil***

A DP World, empresa de soluções de logística e cadeia de suprimentos com matriz em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, vai inaugurar seis novos escritórios voltados para o setor de cargas no Brasil até 2026, segundo divulgou a empresa nesta quarta-feira (18) . A DP World já está estabelecida no Brasil, onde opera um dos maiores terminais privados do País no Porto de Santos, no Litoral de São Paulo.

Quatro dos novos escritórios serão abertos em 2025 nas cidades de Campinas, Curitiba, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Outros dois serão inaugurados em 2026, nas regiões Norte e Nordeste. A empresa estima que, com a expansão, vai gerar 150 novos empregos em vendas, operações e funções administrativas.

“Estamos muito felizes em anunciar esta expansão de nossos serviços no Brasil. Esta é uma adição estratégica à nossa rede, que está em constante expansão, não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina, e nosso objetivo é facilitar o acesso dos clientes a uma plataforma de logística totalmente integrada que suporta o fluxo de negociações nos mercados locais e internacionais”, afirmou o CEO da DP World no Brasil, Fábio Siccherino, no material divulgado.

**Expansão em cargas**
A empresa diz que a expansão no Brasil se alinha com a estratégia mais ampla da DP World de aprimorar sua presença global de agenciamento de cargas. A companhia informa que desde meados de 2023, lançou mais de 150 escritórios de agenciamento de cargas em todo o mundo, incluindo 20 nas Américas. Ele cita inaugurações feitas no Brasil em 2024 nas cidades de Santos, São Paulo e Itajaí.

O terminal em Santos movimenta 1,4 milhão de TEUs (contêineres de 20 pés) por ano, com uma expansão em andamento definido para aumentar a capacidade para 2,1 milhões de TEUs/ano, com a primeira fase sendo entregue em 2026 com 1 ,7 milhões de TEUs/ano. A empresa também tem parceria com a empresa Rumo, do setor de logística, para desenvolver novo terminal de grãos e fertilizantes no Brasil.
***Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo***
***Data: 20/12/2024***

## BRASIL E ARGENTINA AVANÇAM NA COOPERAÇÃO PARA FERTILIZANTES
***Informações: Revista Cultivar (20 de dezembro de 2024)***

*Seminário bilateral reforçou a complementaridade entre os dois países no setor*

A Embaixada do Brasil em Buenos Aires e o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) realizaram recentemente um seminário sobre o potencial da cooperação Brasil-Argentina na produção e comércio de fertilizantes e insumos. O evento, promovido com o apoio do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), reforçou a complementaridade entre os dois países no setor e buscou promover sinergias regionais para fortalecer o agronegócio.

Representando o Mapa, o secretário-executivo adjunto, Cleber Soares, respondeu ao primeiro painel do evento, intitulado “Políticas Públicas e Ações de Cooperação na América do Sul para a Produção de Fertilizantes”. Durante sua participação, Cleber destacou os avanços do Plano Nacional de Fertilizantes do Brasil, o papel estratégico da Argentina na produção de potássio e a relevância da política brasileira de bioinsumos, com ênfase na implementação do Programa Nacional de Bioinsumos.

Ele ressaltou como a expertise do Brasil no desenvolvimento e aplicação de bioinsumos pode impactar positivamente os países do Mercosul e da região, promovendo a expansão dessa tecnologia sustentável. “O Brasil tem muito a contribuir na cooperação técnica e na troca de experiências, apoiando os países vizinhos na implantação de políticas que otimizem o uso de bioinsumos e beneficiem a agricultura regional”, afirmou Cleber.

A candidata agrícola do Brasil na Argentina, Andrea Parrilla, também participou do seminário, reforçando o papel das ajudas agrícolas no fortalecimento das relações bilaterais. Sua contribuição destacou as oportunidades para ambos os países e as estratégias conjuntas para ampliar o comércio e o acesso a insumos agrícolas com preços competitivos.

O seminário contou ainda com a presença do embaixador do Brasil na Argentina, Julio Glinternick Bitelli, do secretário da Agricultura, Pecuária e Pesca da Argentina, Sergio Iraeta, e do diretor-geral do IICA, Manuel Otero, além de representantes do setor público e privado de ambos os países.

Um dos destaques do evento foi a assinatura de um Memorando de Entendimento entre o Mapa e o governo da província de Mendoza. O acordo busca fomentar a cooperação em áreas estratégicas do agronegócio, promovendo a troca de tecnologias e otimizando o comércio entre os dois países.

“Agradecemos a todos que desenvolvem para esse marco no fortalecimento das relações Brasil-Argentina. O seminário reforça a importância da integração regional para promover a competitividade do setor agrícola e a segurança alimentar na América do Sul”, concluiu Cleber Soares.
***Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo***
***Data: 20/12/2024***

## MDIC EDITA PORTARIA PARA REGULAMENTOS INTERNACIONAIS DE AUTOCERTIFICAÇÃO PARA EXPORTAÇÃO

***Informações: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (20 de dezembro de 2024)***

Medida desburocratiza processos e deve gerar economia estimada em R$ 10 milhões por ano aos exportadores brasileiros

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) publicou na edição desta quinta-feira (1912), no Diário Oficial da União (DOU) , portaria que regulamenta a autocertificação no Brasil. Com a portaria da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), a partir de 1º de março de 2025, o operador comercial poderá optar por autocertificar a origem do seu produto ou emitir um certificado de origem em uma das 48 entidades habilitadas pelo MDIC.

A mudança desburocratiza processos e implicará em uma economia estimada em R$ 10 milhões por ano aos exportadores brasileiros. São emitidos anualmente cerca de 600 mil certificados, sendo que 35% do total é endereçado ao Mercosul.

“A autocertificação reforça o compromisso do governo federal com a agenda de facilitação de comércio e desburocratização”, avaliou o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin. “Ao reduzir o custo e o tempo de emissão da prova de origem, as exportações brasileiras serão menos onerosas”, afirmou.

A Portaria Secex nº 373/2024 altera a Portaria Secex nº 249/2023, tornando possível a autocertificação como prova de origem no Brasil para todos os acordos que autorizam essa prática. Adicionalmente, também estabelece mecanismos internos de controle em casos de suspeita de fraude de origem, com vistas a reforçar as disposições de verificação e controle já previstos nos acordos comerciais. Segundo a secretária de Comércio Exterior do MDIC, Tatiana Prazeres, a “autocertificação alinhará o Brasil às melhores práticas internacionais”.

Com a entrada em vigência do novo Regime de Origem do Mercosul (novo ROM), passou a vigorar novas regras e inovações, entre elas o modelo híbrido de certificação de origem, de Certificado de Origem e Declaração de Origem.

A adoção da autocertificação de origem permite que a própria empresa exportadora ou produtora devolva a fatura comercial com uma declaração. A autocertificação deve conter os dados mínimos previstos no novo ROM, que a transformam em uma prova de origem válida, atualizando o de origem emitido pelas entidades habilitadas.
***Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo***
***Data: 20/12/2024***

## MPT LANÇA NOVA EDIÇÃO DE CARTILHA SOBRE VIOLÊNCIA E ASSÉDIO SEXUAL NO TRABALHO

***Informações: MPT/SP (20 de dezembro de 2024)***

*A publicação atualizada manteve o formato de perguntas e respostas da cartilha original e esclarecimentos principais dúvidas sobre o tema*

O Ministério Público do Trabalho (MPT) lançou nova edição de cartilha que esclarece as principais dúvidas sobre violência e assédio sexual no trabalho. Elaborada em formato de perguntas e respostas, a publicação orienta sobre como identificar e denunciar o assédio sexual no trabalho e

explica as responsabilidades e consequências para trabalhadores, trabalhadores, empregadores e trabalhadores nesses casos.

A nova versão da cartilha revisa e atualiza o conteúdo presente na primeira edição, lançada em 2017, para incluir inovações e conceitos presentes na Convenção nº 190 e na Recomendação nº 206, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), assim como evidência a evolução legislativa que criminalizou algumas condutas, como o bullying (lei 14.811/2024) e que instituiu o “Protocolo Não é Não para prevenção ao constrangimento e à violência contra a mulher e para proteção à vítima” (lei 14.786/2023). Com 33 páginas, a publicação informa sobre a reunião de provas de assédio sexual, a responsabilização de empresas em caso de assédio sexual no local de trabalho, as consequências para o assediador ou assediadora, dentre outras questões.

Segundo a coordenadora nacional de Promoção da Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho (Coordigualdade) do MPT, Danielle Olivares Corrêa, a atualização da cartilha teve como foco manter a organização e textos do conteúdo original, mas à luz da Convenção 190 da OIT e Recomendação 206, aplicável ao direito do trabalho por força do artigo 8º da CLT, reforçando o conceito de violência e assédio no mundo do trabalho sem o requisito da Repetir ou sistematização da prática, o que tem por efeito, a necessidade, por parte dos funcionários, do desenvolvimento de uma Política de Enfrentamento à violência e assédio com tolerância zero, pautada pelo respeito mútuo, pela equidade de tratamento e preservação da dignidade das pessoas .

A publicação foi produzida originalmente por membros do Grupo de Trabalho (GT) de “Gênero”, da Coordenação, e foi revisada pelo GT “Assédio eleitoral e Convenção 190”.
***Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo***
***Data: 20/12/2024***

O GLOBO 80 anos

## JORNAL O GLOBO – RJ

### HADDAD DIZ SER PRECISO 'CORRIGIR A ESCORREGADA QUE O DÓLAR DEU' NO BRASIL E ADMITE 'PROBLEMA DE COMUNICAÇÃO'

Ministro da Fazenda defendeu atuação do Banco Central no câmbio, mas negou meta
***Por Thaís Barcellos — Brasília***

***O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em entrevista à imprensa — Foto: Ministério da Fazenda***

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta sexta-feira ser preciso corrigir a desvalorização da moeda brasileira, de forma a combater disfuncionalidades, e não buscando uma meta de câmbio.

Ele citou que essa é uma atribuição do Banco Central (BC), mas reconheceu que houve um problema de comunicação do governo na apresentação do pacote fiscal que contribuiu para um aumento maior do dólar no Brasil em relação ao resto do mundo.

— Houve um fortalecimento da moeda americana no mundo inteiro, aqui foi maior. Temos que corrigir essa escorregada que o dólar deu aqui. Não no sentido de buscar um nível de dólar, uma meta. Na minha opinião, o BC deveria atuar, mas é atribuição dele, para buscar equilíbrio sempre que houver uma disfuncionalidade — disse Haddad, em café de fim de ano com jornalistas.,

A moeda americana entrou numa escalada nas últimas semanas por conta das incertezas fiscais do país e da dúvida sobre a potência do pacote de contenção de gastos apresentado pelo governo.

O dólar opera em queda nesta sexta-feira, na casa dos R$ 6,07, após mais um leilão de dólar que foi realizado pelo Banco Central para aumentar a oferta da moeda no país e conter a desvalorização do real.

— Houve o problema de comunicação no fim do ano que fez com que o dólar no Brasil tivesse uma valorização mais forte do que seus pares — completou Haddad.

O ministro se referiu a vazamentos de medidas do pacote fiscal antes do anúncio oficial, que provocaram uma "má recepção" das medidas por falta de detalhamento ou de explicação, principalmente por causa da medida que amplia a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R$ 5 mil.

— A partir do momento que o BC e o Tesouro atuem, as coisas vão ficando mais claras.

O ministro destacou que os próprios diretores do BC defenderam a atuação quando há disfuncionalidade, que não há uma meta de câmbio.

— Um (dos diretores), inclusive, defendendo o uso de reservas para que essa acomodação pudesse acontecer. Não vou cometer o equívoco de dizer a meta de câmbio que o BC tem que mirar. O BC tem meta de inflação.

Haddad ponderou que a "normalidade" será desafiadora diante das mudanças no cenário externo, com a trajetória dos juros nos EUA e as mudanças econômicas após a vitória de Donald Trump.

— É uma normalidade que é desafiadora, porque o cenário externo é muito desafiador. Li um artigo que o cenário externo responde por 30% a 40% do problema.
***Fonte: O Globo - RJ***
***Data: 20/12/2024***

## HADDAD CALCULA EM R$ 1 BI IMPACTO DE MUDANÇAS NO PACOTE FISCAL E DIZ TER LUTADO POR MAIS MEDIDAS

Ministro ressalta que processo passa por mediação de outros ministérios e pelo Congresso Nacional
***Por Thaís Barcellos — Brasília***

***O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em entrevista à imprensa — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo***

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta sexta-feira que a "ordem de grandeza" do impacto fiscal produzido pelo pacote de contenção de gastos não foi alterada com as mudanças já promovidas pela Câmara dos Deputados. Sem novas alterações no Senado, a equipe econômica calcula que perderia cerca de R$ 1 bilhão em economia nos dois próximos anos. Inicialmente, a previsão era de R$ 71,9 bilhões para 2025 e 2026.

— Vai ser divulgada uma planilha do impacto do pacote após a votação no Senado. Refizemos a conta com base na votação da Câmara. Não houve desidratação no nível do que se imaginava — disse Haddad, em café de fim de ano com jornalistas. — Ajustes de redação não alteram o resultado final, mantém na mesma ordem de grandeza os valores encaminhados ao Legislativo. Chegamos em um resultado bom em prazo muito curto — completou.

Haddad ainda disse que as medidas sempre serão consideradas insuficientes.

— Eu lutei por mais, evidentemente, mas existe a mediação que passa por outros ministérios e pelo Congresso Nacional.

Segundo o ministro, a redução no impacto fiscal deve-se principalmente à manutenção pelos parlamentares da regra atual de atualização do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), que leva em conta a receita do governo federal — a Fazenda queria atualizar apenas pelo IPCA. Na tabela inicial apresentada pela Fazenda, essa medida geraria uma economia de R$ 800 milhões em 2025 e R$ 1,5 bilhão em 2026.

— Era uma medida justa. O Distrito Federal é o ente da federação que mais ganha com a Reforma Tributária, a partir do momento que a tributação vai para o destino. Natural é que o DF sendo um local de alto consumo frente ao país ganhe mais.

Haddad diz ser preciso 'corrigir a escorregada que o dólar deu' no Brasil e admite 'problema de comunicação'

Haddad ainda esclareceu que a conta ainda considera a economia prevista com as medidas direcionadas aos militares, que ainda não foram discutidas no Congresso. Além disso, afirmou que o governo nunca contou com a limitação dos supersalários no funcionalismo no cálculo de impacto fiscal.

Mesmo assim, considera que a medida ainda possa ser levada adiante no ano que vem, com a regulamentação em lei proposta pelos parlamentares.

O governo incluiu no pacote mecanismos para inibir os chamados supersalários do funcionalismo. A ideia era reduzir a quantidade de penduricalhos que fazem salários ultrapassar o teto constitucional, hoje em R$ 44 mil na esfera federal.

A proposta original previa que uma lei complementar tratasse das verbas que podem ficar fora do teto. Isso mudou para uma lei ordinária, que é mais fácil de ser flexibilizada. Na visão do Executivo, o texto mantém as brechas de hoje. Além disso, ficou estabelecido que nada muda até aprovação de um projeto de lei.

**Medidas pacificadas**
Sobre as críticas sobre a potência do pacote, Haddad ainda afirmou que foi enviado ao Congresso aquilo que já estava pacificado e que, se o governo esperasse mais, a incerteza seria ainda maior.

— Ou mandava agora para fazer uma primeira leva de ajustes ou deixava o pacote mais robusto para o ano que vem. Seria mais incerteza, seria um banho de água fria. É melhor submeter ao congresso aquilo que está pacificado do que esperar até março para ter uma coisa mais robusta e vistosa. É um processo de acomodação da despesa e receita que tem que ser perseguido.

Sobre novas medidas, o ministro evitou falar em um prazo, mas reconheceu que ainda será preciso atuar com novas medidas de ajuste de gasto primário e tributário, lembrando que está na Constituição a limitação dos benefícios fiscais. Para ele, a revisão de gastos tem que ser rotineira.

— Temos que ter como prática a revisão de gastos. Isso não deveria ser algo extraordinário e surpreendente. Não vejo isso como algo que foi anunciado, que vamos começar de novo. Não, nós vamos terminar esse processo. Vamos seguir, deveria ser uma prática rotineira.

**Discurso não agrada**
O ministro ainda evitou comentar os votos contrários da base aliada ao pacote, como o do ex-presidente do PT, Rui Falcão, e da bancada do Psol, mas reconheceu que o seu discurso de ajuste em gastos tributários e primários não agrada nem a esquerda nem a direita.

--- Eu sei que esse discurso desagrada a esquerda e a direita. Um não quer contenção de gastos e o outro não que pagar imposto. A esquerda não quer cortar gastos e a direita não quer pagar o imposto que deve. Como fecha as contas? Temos que ter clareza que temos desafio que extrapola essa questão ideológica. Precisamos mirar a sustentabilidade das contas. Não é algo que se pode desviar.
***Fonte: O Globo - RJ***
***Data: 20/12/2024***

## AO LADO DE GALÍPOLO, LULA DIZ QUE NÃO HAVERÁ INTERFERÊNCIA NO BC E QUE GOVERNO SEGUIRÁ ATENTO A NOVAS MEDIDAS FISCAIS

Presidente afirmou que o Galípolo 'é um presente para o Brasil' e que será o presidente do BC com mais autonomia que o país já teve.
***Por Thaís Barcellos — Brasília***

***Tebet, Galípolo, Lula, Haddad e Rui Costa — Foto: Reprodução***

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva publicou um vídeo nesta sexta-feira um vídeo ao lado do próximo presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e do Planejamento, Simone Tebet, também estavam presentes, assim como o ministro da Casa Civil, Rui Costa.

Na publicação, ele elogia Galípolo, exalta a importância do combate à inflação e nega interferência no BC. Galípolo assume interinamente a presidência do BC neste sábado e assume oficialmente o cargo no dia 1º de janeiro.

— Jamais haverá da parte da presidência qualquer interferência no trabalho que você tem que fazer no BC — afirmou. — Que você seja um espelho para que esse Brasil possa ver que nós estamos consertando o Brasil.

No vídeo, Lula afirmou que o Galípolo "é um presente para o Brasil" e que será o presidente do BC com mais autonomia que o país já teve.

— Você será certamente o mais importante presidente do BC que esse país já teve, porque será o presidente com mais autonomia que o BC já teve. Pela sua qualidade profissional, experiência de vida e compromisso com o povo brasileiro. Certamente, vai dar uma lição de como se governa o BC com verdadeira autonomia.

Embora venha dando sinais de compromisso com o controle da inflação, Galípolo é visto com desconfiança pelo mercado financeiro pela proximidade com Lula, que costuma criticar os juros elevados.

No último domingo, o presidente da República afirmou que era "irresponsável" quem sobe juros neste momento. Nesta quinta-feira, o futuro presidente do BC já havia dito que o petista tinha confiança que a autoridade monetária iria fazer o trabalho para levar a inflação à meta.

O presidente da República também disse no vídeo que segue "mais convicto que nunca" que a estabilidade econômica e o combate à inflação são as coisas mais importantes para proteger o salário e o poder de compra das famílias brasileiras.

Ele ainda reforçou que o governo tomará novas medidas para o ajuste fiscal caso seja necessário.

— Tomamos as medidas necessárias para proteger a nova regra fiscal e seguiremos atentos à necessidade de novas medidas. O Brasil é guiado por instituições fortes e independentes que trabalham em harmonia para avançar com responsabilidade — disse.
***Fonte: O Globo - RJ***
***Data: 20/12/2024***

## VOLKS CHEGA A ACORDO COM SINDICATOS PARA REDUZIR PRODUÇÃO SEM FECHAR FÁBRICAS

Consenso dá ao CEO oportunidade de reverter a situação da maior montadora da Europa, que enfrenta uma redução na participação de mercado
***Por Bloomberg — Berlim***

***A sede e o complexo de fábricas da Volkswagen em Wolfsburg — Foto: Liesa Johannssen/Bloomberg***

A Volkswagen chegou a um acordo com líderes sindicais para reduzir a produção de sua marca principal, mas sem fechar fábricas. A montadora concordou em manter operacionais as dez fábricas da marca na Alemanha e em restabelecer acordos de segurança no emprego até 2030. O consenso encerra três meses de negociações tensas e evitando novas greves dos trabalhadores.

Em contrapartida, os trabalhadores aceitaram abrir mão de alguns bônus. Eles também concordaram a empresa reduzir o número de estagiários contratados permanentemente e diminuir a capacidade de produção em cinco fábricas.

As medidas, negociadas ao longo de cinco rodadas de discussões, são bem mais brandas do que as economias drásticas inicialmente propostas pela Volks. Os líderes sindicais resistiram fortemente a planos de demitir milhares de trabalhadores, reduzir salários mensais e fechar três fábricas na Alemanha para tornar a marca mais competitiva.

***Milhares de trabalhadores da Volkswagen entram em greve por toda a Alemanha em uma crescente disputa industrial na gigante automobilística alemã atingida pela crise — Foto: Julian Stratenschulte / POOL / AFP***

Ainda assim, o acordo dá ao CEO Oliver Blume uma oportunidade de reverter a situação da maior montadora da Europa, que enfrenta uma redução na participação de mercado na China e uma demanda em queda por veículos elétricos na Europa e nos EUA. Ambas as partes tinham como objetivo alcançar um acordo antes do Natal.

Segunda parcela do décimo terceiro cai na conta hoje. Por que ela é menor que a primeira? Entenda
As ações da VW subiram 1,7% na manhã de sexta-feira, em antecipação ao acordo, embora tenham acumulado uma queda de cerca de 21% no ano.

Como parte do acordo, a administração conseguiu convencer os líderes sindicais a transferir a produção do "Golf" da fábrica de Wolfsburg, na Alemanha, para o México. Além disso, a capacidade da fábrica de veículos elétricos em Zwickau será reduzida, com a produção dos modelos "ID.3", "ID.4" e "Cupra Born" sendo transferida para as unidades de Wolfsburg e Emden.

A fábrica alemã continuará produzindo o modelo "Audi Q4 e-tron" e será o local de um projeto de reciclagem de automóveis. A unidade está preparada para fabricar o Golf elétrico da VW, que será baseado em uma nova plataforma desenvolvida em parceria com a Rivian. O modelo deve estar pronto em 2028.

“É um sinal muito importante para a Alemanha”, disse o negociador do sindicato IG Metall, Thorsten Gröger, à imprensa. O acordo é “um sinal da capacidade de encontrar soluções para grandes problemas”.
***Fonte: O Globo - RJ***
***Data: 20/12/2024***

## EM DESPEDIDA, CAMPOS NETO DIZ QUE AUTONOMIA FOI GRANDE GANHO PARA O BC, MAS NÃO TERMINOU

Presidente do Banco Central deixa o cargo oficialmente no dia 31, mas Galípolo já assume interinamente no sábado
***Por Bernardo Lima — Brasília***

***Roberto Campos Neto e Gabriel Galípolo: atual e futuro presidente do Banco Central — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo***

Em sua última live como presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto afirmou nesta sexta-feira que o processo de autonomia da autoridade financeira foi um dos grandes ganhos de sua gestão, mas que ainda não está concluída.

— O processo de autonomia ainda não está terminado, mas foi um grande ganho para o BC. Coloca a instituição à frente das pessoas, à frente da ideologia, dos governos, do tempo político, com um tempo institucional mais adequado às características necessárias para o cumprimento das nossas missões — disse Campos Neto.

A autonomia operacional do Banco Central é uma condição que está prevista na lei complementar nº 179, sancionada em 2021 pelo ex-presidente Jair Bolsonaro após aprovação pelo Congresso Nacional. Na prática, a lei que dá autonomia à instituição desvinculou o Banco Central do Ministério da Economia e o tornou uma autarquia de natureza especial.

Apesar de ter autonomia operacional, a instituição ainda não conquistou a sua autonomia financeira. Uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que propõe a medida aguarda análise na Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ).

O presidente do BC destacou que a autonomia operacional é importante pois, segundo ele, a política monetária tem dinâmicas e prazos diferentes da política.

— Agora, a autonomia ainda não está completa, quando a gente pensa em autonomia,a gente tem autonomia financeira, autonomia operacional e autonomia administrativa. Então a gente tem a parte do meio, que é a operacional — completou o banqueiro central.

Segundo Campos Neto, a blindagem política vai se fortalecer com o tempo, e que a instituição não está livre de ruídos, como os que aconteceram durante esta transição de cargo para Gabriel Galípolo.

— A gente vai ter ainda, a gente tem, teve muito ruído nessa transição, mas acho que a minha parte para contribuir com esse processo é fazer uma transição suave.

A transmissão on-line é um dos últimos atos públicos de Campos Neto à frente do BC, que deixa oficialmente o cargo no dia 31.

**Inflação**
Campos Neto ainda disse que as variáveis econômicas apontam para um cenário preocupante de incertezas que podem resultar em uma subida da inflação.

— Hoje a gente está em uma situação que a gente vem também dizendo há algum tempo, que existe uma séria incerteza em relação às variáveis que vão causar a desinflação daqui para frente. A gente entende que a desinflação teve um período onde foi acelerada, mas ela parou e parou em um nível muito acima da meta do BC.

A pesquisa do BC com o mercado financeiro, o Boletim Focus, aponta que a expectativa é de que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerre o ano 4,89%. O teto da meta, que deve ser perseguido pela autoridade monetária é 4,5%.

— Outro dia alguém falou, por exemplo,que o BC do Brasil não cumpriu a meta de 2024, nem do Brasil e nenhum do mundo, nenhum BC do mundo cumpriu a meta em 2024, você não encontra aí — completou.

**Pix**
Durante a transmissão, o presidente fez um balanço de sua gestão, e destacou a criação do Pix, ferramenta de pagamento instantânea lançada em 2020.

— Em primeiro lugar, uma mudança muito grande foi o reconhecimento da sociedade em relação ao Banco Central. O BC fez vários projetos que tiveram uma percepção maior na sociedade, acho que o Pix principalmente, mas tiveram outros também — afirmou

Segundo o presidente da autoridade monetária, a ferramenta se popularizou entre a população e ainda pode evoluir muito mais com a integração de novas funções.

— O Pix começou, a gente logo viu que podíamos fazer várias novas funcionalidades. A gente hoje tem tanta ideia de institucionalidade que a dificuldade é priorizar elas, e acho que o pix pode fazer muito mais coisa do que faz hoje — destacou.
***Fonte: O Globo - RJ***
***Data: 20/12/2024***

## GOVERNO FARÁ LEILÃO DE ENERGIA PARA PEQUENAS HIDRELÉTRICAS EM 2025

Último leilão do tipo foi realizado há dois anos
***Por Bernardo Lima — Brasília***

***Pequena Central Hidrelétrica Bela Vista, instalada no rio Chopim, nos municípios de Verê e São João, no sudoeste paranaense. — Foto: Divulgação***

O Ministério de Minas e Energia (MME) publicou nesta sexta-feira uma portaria que autoriza a realização de um leilão de contratação de energia para pequenas hidrelétricas em junho de 2025.

Segundo a portaria, é previsto que o início de fornecimento da energia aconteça em 1º de janeiro de 2030. Serão negociados contratos regulados com prazo

No leilão, denominado "A-5", serão negociados contratos regulados, na modalidade por quantidade, com prazo de suprimento de 20 anos.

Estarão habilitados a participar do leilão os empreendimentos enquadrados como central geradora hidrelétrica (CGH), pequena central hidrelétrica (PCH) e hidrelétrica (UHE) com potência igual ou inferior a 50 megawatts (MW).

A contratação de pequenas hidrelétricas era um pleito do setor, que aguardava um leilão durante esse governo para começar a operar. O último leilão do tipo foi feito há dois anos.

Foi definido que devem ser negociados, no mínimo, 30% da energia habilitada dos empreendimentos. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) será responsável pela elaboração do edital do leilão.
***Fonte: O Globo - RJ***
***Data: 20/12/2024***

## GOVERNO CORTA JUROS PARA INDÚSTRIA EÓLICA E AUMENTA PARA SOLAR NO FUNDO CLIMA

Conselho Monetário Nacional avalia que taxas estavam em patamares desiguais, fomentando uma distorção na competitividade do mercado de energia
***Por Bernardo Lima — Brasília***

***Turbina eólica e painéis solares para geração de energia. — Foto: Mikael Sjoberg/Bloomberg***

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou nesta quinta-feira uma resolução que reduz a taxa de juros de financiamentos do Fundo Clima para empreendimentos do setor de energia eólica de 8% para 6,5% ao ano.

Conforme a resolução, o objetivo da medida é ajustar as condições de financiamento às características dos projetos no setor, que possuem um prazo de retorno mais longo. O prazo de pagamento foi estendido de 16 para 24 anos.

Por outro lado, a taxa de juros de financiamento para a indústria de energia solar foi elevada de 8% para 9,5% ao ano. O órgão, presidido pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, justificou a medida alegando que o setor mostrou necessitar de menos incentivo para manter a atratividade dos financiamentos.

O CMN avalia que as taxas de financiamento estavam em patamares desiguais, fomentando uma distorção na competitividade do mercado de energia.

“As alterações nas condições financeiras para os financiamentos de transição energética buscam incentivar investimentos que permitam manter a diversificação e a segurança da matriz energética brasileira, ao mesmo tempo em que mantêm a competitividade dos financiamentos e a sustentabilidade dos recursos do Fundo Clima”, afirmou o Ministério da Fazenda em nota.

As duas indústrias têm apresentado um forte crescimento desde 2014. Segundo dados da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), atualmente as duas fontes respondem por 16% (eólica) e 8% (solar) da capacidade instalada do Sistema Interligado Nacional (SIN).

O Conselho também anunciou que as taxas de juros a título de remuneração do Fundo aumentarão de 6,15% para 6,50% para os financiamentos destinados a desenvolvimento urbano resiliente e

sustentável, indústria verde, logística de transporte, transporte público e mobilidade verdes e serviços e inovações verdes.

Criado em 2009, o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima é o principal instrumento para financiar projetos de desenvolvimento ambiental.
***Fonte: O Globo - RJ***
***Data: 20/12/2024***

## O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

### OPINIÃO - NEM POLIANA RESOLVE: O PESSIMISMO VAI MUITO ALÉM DA ECONOMIA

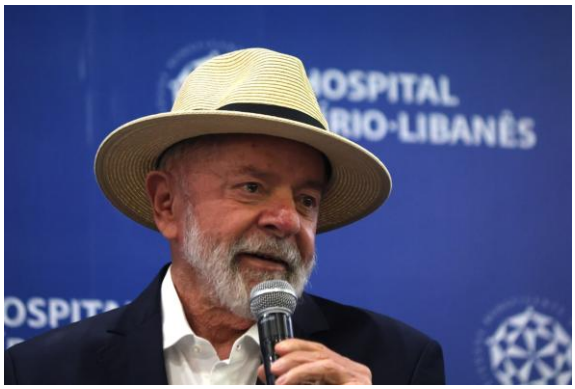
A sociedade não confia mais nas instituições; aqueles que deveriam colocar o interesse público como prioridade são os primeiros a cuidar de seu pirão
***Por Elena Landau***

Lula acha que o único problema do País são os juros. Totalmente descolado da realidade. Começou seu mandato com a dívida representando 71,7% do PIB, e pode terminar em 85%. Até poucos meses atrás, o governo ainda contava com a esperança do mercado em um pacote de gastos para valer. Não veio. O aumento dos juros e a disparada do dólar refletem uma justificada desconfiança no governo.

O Executivo apresentou uma proposta claramente insuficiente para reverter expectativas. Não adianta culpar o Congresso, quando a negociação já começa em patamar muito baixo. Achar que parlamentar vai endurecer o pacote é muita ingenuidade.

O pessimismo neste fim de ano vai muito além da economia. A sociedade não confia mais nas instituições. Aqueles que deveriam colocar o interesse público como prioridade são os primeiros a cuidar de seu pirão.

Parlamentares se recusam a cumprir determinação do STF. As emendas continuam sem transparência. E os escândalos no desvio de recursos públicos não intimidam ninguém. Lira é o símbolo maior. Até criou uma estatal para chamar de sua – Docas de Alagoas. Ao mesmo tempo, o governo liberou suas estatais para tocar uma “gestão eficiente”, tipo Telebras e Ceitec. Com esse exemplo, não dá para exigir muito do Congresso.




***Para Lula, 'o único problema do País são os juros' Foto: Fábio Vieira/Estadão***

Alcolumbre nem sequer assumiu e já está impondo seus indicados para as agências reguladoras. Logo o Senado, que deveria garantir com sabatinas a competência dos que vão zelar pela qualidade dos serviços públicos.

Os jabutis não param de elevar a tarifa de energia, chegando ao cúmulo de incentivar carvão em pacote de transição energética.

Cinco ministros deste governo indicaram suas próprias esposas para os Tribunais de Contas de seus Estados. E ninguém vê conflito de interesse. Como também não se vê em juiz relatando processo em que está diretamente envolvido.

Temos mais de 5 mil generais na reserva. A integralidade na aposentadoria permanece intocável; 134 mil filhas de militares são pensionistas, inclusive de general que comandou um centro de tortura na ditadura.

Alguns juízes são presos por venda de sentença, outro acha que a prisão do assassino de um turista não é urgente. A população tem medo de sair na rua, e com razão: a chance de perder seu celular ou a vida não é pequena. Enquanto crimes de bagatela muitas vezes chegam até a Suprema Corte, decisões liminares perdoam dívidas de corruptos confessos, liberando muitos deles para voltar a fazer negócios com o Estado.

Não tenho esperanças de um ótimo 2025, só posso desejar um Feliz Natal e torcer para o velhinho colocar um pouco de juízo nessa gente.
***Fonte: O Estado de São Paulo - SP***
***Data: 20/12/2024***

## LULA DIZ QUE GALÍPOLO SERÁ O CHEFE DO BC COM MAIS AUTONOMIA QUE O ÓRGÃO JÁ TEVE; VEJA VÍDEO

Em publicação na rede X, o presidente da República afirma que Galípolo será o chefe com 'mais autonomia' que a instituição já teve
***Por Sofia Aguiar (Broadcast) e Caio Spechoto (Broadcast)***

BRASÍLIA - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva publicou um vídeo ao lado do futuro presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, e disse que ele será o chefe da autarquia com "mais autonomia" que a instituição já teve. Em uma mensagem de apoio à futura gestão de Galípolo, Lula disse que o futuro presidente do BC assumirá o cargo por uma "relação de confiança minha e de toda a equipe do governo".

"Eu quero te dizer que você será, certamente, o mais importante presidente do Banco Central que esse País já teve, porque você vai ser o presidente com mais autonomia que o Banco Central já teve", comentou Lula em vídeo publicado nas redes sociais nesta sexta-feira, 20. "Quero que você saiba que jamais, jamais, haverá da parte da Presidência qualquer interferência no trabalho que você tem que fazer no Banco Central", complementou no vídeo (assista mais abaixo).

A autonomia do Banco Central foi uma questão-chave na relação entre o presidente da República e o atual chefe do BC, Roberto Campos Neto, indicado por Jair Bolsonaro e ao longo do governo atual alvo de críticas frequentes de Lula.

No domingo passado, 15, os ataques miraram a instituição, quando Lula, em entrevista ao Fantástico, da TV Globo, afirmou que "a única coisa errada nesse País é a taxa de juros, que está acima de 12%", e que "a irresponsabilidade é de quem aumenta a taxa de juros todo dia; não é do governo federal". Em seguida, acrescentou: "Mas nós vamos cuidar disso também".

***— Presidência da República do Brasil (@presidencia_BR) December 20, 2024***
https://twitter.com/i/status/1870174933399060716

A autonomia também pautou uma live de despedida de Campos Neto no canal da autarquia. Nela, o atual presidente do BC citou a conquista da autonomia institucional como uma das principais mudanças na instituição durante a sua gestão, iniciada em 2019, mas ponderou que esse processo que representou um ganho institucional ainda não está terminado.

**Quem participa do vídeo com Lula**

O presidente da República promoveu um almoço de final de ano com seus ministros e líderes do governo. Galípolo também participou do encontro. Nas redes sociais, Lula publicou um vídeo ao lado de Galípolo e dos ministros da Fazenda, Fernando Haddad, do Planejamento, Simone Tebet, e da Casa Civil, Rui Costa.

“Eu tenho certeza que, pela sua qualidade profissional, por sua experiência de vida, e pelo seu compromisso com o povo brasileiro, certamente você vai dar uma lição de como é que se governa o Banco Central com a verdadeira autonomia”, disse. O petista, então, desejou sorte na gestão de Galípolo à frente do órgão.

Na declaração, Lula diz que está “oferecendo um presente, uma novidade” ao País com a indicação do “jovem” Galípolo. Ele, então, se referiu a Galípolo e deu um discurso de defesa da estabilidade econômica e combate à inflação.

“Eu queria dizer ao Galípolo que seguimos mais convictos que nunca que a estabilidade econômica e o combate à inflação são as coisas mais importantes para proteger o salário e o poder de compra das famílias brasileiras”, afirmou.

O chefe do Executivo disse que o governo tomou “medidas necessárias” para “proteger a regra fiscal” e que a gestão seguirá atenta às necessidades de novas medidas. “O Brasil é guiado por instituições fortes e independentes que trabalham em harmonia para avançar com responsabilidade”, complementou.

***Fonte: O Estado de São Paulo - SP***
***Data: 20/12/2024***

## AUTONOMIA FOI GRANDE GANHO DO BC, MAS NÃO TERMINOU, DIZ CAMPOS NETO

Medida deverá ficar nas mãos do futuro presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, que já assume o posto interinamente neste sábado, 21, e definitivamente em 1º de janeiro

***Por Célia Froufe (Broadcast) e Cícero Cotrim (Broadcast)***

BRASÍLIA - O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, citou a conquista da autonomia institucional como uma das principais mudanças na instituição durante a sua gestão, iniciada em 2019. Em uma live de despedida no canal da autarquia, o chefe do órgão responsável pela política monetária do País disse que esse processo representou um ganho institucional, mas ainda não está terminado.

“Acho que coloca a instituição à frente das pessoas, à frente da ideologia, à frente dos governos, à frente do tempo político, com um tempo diferente do tempo político, com um tempo institucional mais adequado às características necessárias para o cumprimento das nossas missões”, disse o presidente do BC, acrescentando que o valor da autonomia foi demonstrado durante a transição no comando da autarquia.

A autonomia operacional do BC foi uma bandeira da gestão de Campos Neto, que tomou para si a tarefa de articular com parlamentares a aprovação da medida. Mesmo assim, o banqueiro central não conseguiu avançar na autonomia financeira. Uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) sobre o tema está parada na Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ).

Essa medida deverá ficar nas mãos do futuro presidente do BC, Gabriel Galípolo, que já assume a chefia da autarquia interinamente a partir deste sábado, 21, e definitivamente em 1º de janeiro.

***Gabriel Galípolo assume o posto de Campos Neto neste sábado, 21, com o recesso do atual presidente, cujo mandato se encerra em 31 de dezembro Foto: Wilton Junior/Estadão***

O mandato de Campos Neto só termina em 31 de dezembro, mas o banqueiro central anunciou na quinta-feira que entrará em recesso.

Campos Neto ainda defendeu, na live, que o BC tenha um “olhar” para o quadro de funcionários e aprofundar a agenda de qualificação. Entre as principais mudanças do seu mandato, Campos Neto também citou o ganho de reconhecimento da sociedade, devido à implementação de produtos como o Pix. Mencionou também a cultura de inovação no BC.

***Fonte: O Estado de São Paulo - SP***
***Data: 20/12/2024***

## MELHORA DO MERCADO DEPENDE DE CLAREZA NA COMUNICAÇÃO DO GOVERNO EM 2025, DIZ LIRA A ALIADOS

Presidente da Câmara rechaça as críticas sobre desidratação do pacote fiscal de Haddad no Congresso

***Por Iander Porcella***

***Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP - AL). Foto: BRUNO SPADA AGENCIA CAMARA***

De saída do cargo, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), fez uma avaliação a aliados sobre o cenário econômico no País após a aprovação do pacote fiscal. Segundo apurou a Coluna do Estadão, o deputado alagoano disse que uma queda significativa do dólar, por exemplo, dependerá de uma comunicação mais clara do governo em 2025 sobre o compromisso com as contas públicas.

Lira tem rechaçado as reclamações do mercado de que houve desidratação do pacote fiscal no Congresso. Para o presidente da Câmara, as mudanças feitas nas propostas enviadas pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, foram mais conceituais e não deverão reduzir de forma significativa o impacto econômico. Além disso, na visão dele, todos os setores sabem que nenhuma lei sai do Legislativo como chegou, sempre há mudanças.

Mas Lira também fez uma cobrança, nessas conversas. Ele acredita que o governo precisa alinhar seu discurso e acabar com as divisões internas, para não cometer novamente erros como quando anunciou o aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda junto com o pacote fiscal. A interpretação de que o governo errou, inclusive, é um consenso no Centrão, como mostrou a Coluna do Estadão.

Nas rodas de confraternização com parlamentares, Lira costuma destacar que a Câmara, nos últimos anos, barrou diversas medidas que poderiam piorar o cenário fiscal do País. E ele manifesta confiança de que seu provável sucessor, o deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), manterá esse mesmo compromisso.

***Fonte: O Estado de São Paulo - SP***
***Data: 20/12/2024***

# CONGRESSO DESIDRATA 19 PONTOS DO PACOTE DE CORTE DE GASTOS DE HADDAD

Mudanças afrouxam medidas apresentadas pela equipe econômica; ministro da Fazenda diz que alterações terão impacto de R$ 1 bi em dois anos

***Por Daniel Weterman e Alvaro Gribel***

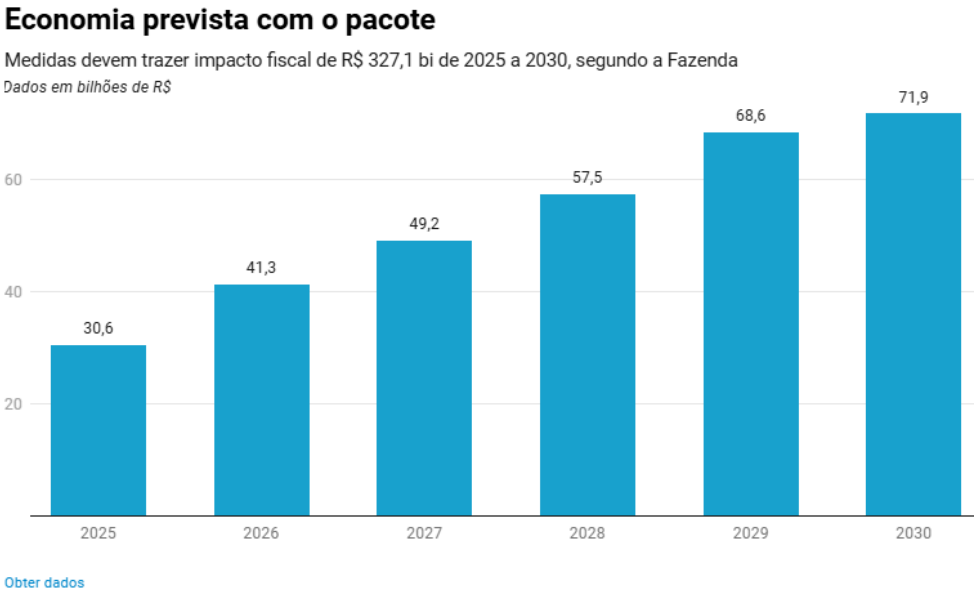
BRASÍLIA – O Congresso Nacional desidratou o pacote de corte de gastos do governo Lula mexendo em 19 trechos dos três projetos apresentados pelo Executivo para manter o arcabouço fiscal de pé. As mudanças afrouxam medidas apresentadas pela equipe econômica, que já haviam sido vistas como insuficientes por economistas e agentes do mercado financeiro para reequilibrar as contas públicas.

Os parlamentares concluíram a votação dos três projetos nesta sexta-feira, 20. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, nega desidratação e afirma que as alterações feitas pelo Legislativo (veja lista abaixo) terão impacto de cerca de 1 bilhão em dois anos. Inicialmente, a pasta projetava uma economia de R$ 71,9 bilhões até 2026.

***Câmara desidrata pacote fiscal apresentado pelo governo e compromete corte de gastos. Foto: Bruno Spada/Câmara dos Deputados***

As mudanças feitas no Congresso, e apoiadas pelo próprio governo para garantir a aprovação do pacote, impactam o corte de gastos esperado em programas como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), diminuem a arrecadação com o fim do Seguro Obrigatório para Proteção de Vítimas de Acidentes de Trânsito (DPVAT) e abrem caminho para aumento de despesas, com proteção às emendas parlamentares.

O governo considera que aprovou o possível. Ao apresentar o pacote fiscal há menos de um mês, a equipe chefiada por Haddad anunciou uma economia R$ 71,9 bilhões em 2025 e 2026, até o término do mandato de Lula, atingindo uma economia de R$ 327 bilhões até 2030. O cálculo foi questionado por economistas, que não viram as medidas como suficientes para controlar o crescimento das despesas públicas.



Nesta sexta-feira, Haddad afirmou que as mudanças do Congresso terão um impacto em torno de R$ 1 bilhão. Na quinta-feira, o secretário-executivo da pasta, Dario Durigan, havia dito ao Estadão/Broadcast que a economia de R$ 70 bilhões até 2026 estava mantida.

**BPC é o principal alvo de críticas e projeto foi o mais alterado**

O projeto de lei que mexeu em benefícios sociais foi o mais alterado. Foram 11 mudanças no texto do relator, deputado Isnaldo Bulhões (MDB-AL) – dez delas relacionadas ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda.

A alteração no BPC foi criticada desde que o pacote chegou ao Congresso, mobilizando a própria base aliada do governo contra o dispositivo.

O relator, entre outras mudanças, rejeitou a definição de “pessoa com deficiência” proposta no projeto do governo, excluiu da regra de coabitação os rendimentos de familiares que não moram na mesma casa e rejeitou a regra que considerava propriedade de bens ou direitos na concessão do benefício. Ele também não aceitou revogar que o benefício já concedido a qualquer membro da família não seria computado no cálculo da renda familiar.

“Queria reconhecer a importância das alterações das possibilidade de recebimento do BPC. Caíram pontos muito sensíveis, como aquele em que duas crianças com deficiências, uma delas teria que abrir mão do BPC. Ou o conceito de família estendida, que iria diminuir a possibilidade acesso ao BPC”, afirmou a deputada Sâmia Bomfim (PSOL-SP).

Deputados governistas avaliam que o governo errou na estratégia ao mexer no pagamento de um auxílio a pessoas carentes em troca de uma economia que não era tão relevante para o pacote fiscal. A equipe econômica esperava economizar R$ 2 bilhões por ano com o BPC, totalizando R$ 12 bilhões até 2030. “Tem que cortar gastos, mas o caminho não é começar pelo BPC. É uma economia que não faz sentido para o governo federal, em detrimento das pessoas que têm direito”, afirmou o deputado Duarte Junior (PSB-MA).

O governo argumenta que apresentou mudanças no BPC não para tirar o benefício de pessoas que dependem do auxílio, mas para combater as fraudes e o que o ministro Fernando Haddad chamou de “indústria de liminares”. “A mudança sobretudo é evitar e acabar com a indústria de liminares. O programa não altera a renda e ainda introduziu a biometria para acabar com as fraudes. Não estamos retirando nenhum direito”, afirmou o líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE).

No Senado, o governo correu o risco de ter o projeto novamente alterado – o que exigiria uma nova votação na Câmara. Os senadores se levantaram contra a regra que restringia o BPC a pessoas com deficiência de grau moderado ou grave. O trecho abria margem para negativa do benefício a pessoas com deficiência de grau leve, como ocorre em alguns casos de autismo e síndrome de Down. Foi feito um acordo e o Palácio do Planalto se comprometeu a vetar o dispositivo.

Além das mudanças no BPC, foi derrubado no projeto de lei a uma mudança na correção do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), que geraria uma economia de R$ 16 bilhões até 2030, segundo a Fazenda.

**Deputados desidratam mudanças no Fundeb, nos supersalários e impedem flexibilização do Orçamento**

Na Câmara, os deputados desidrataram a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) em quatro trechos. Uma das principais alterações foi no Fundeb. O governo queria que até 20% dos recursos que a União coloca no fundo fossem destinados ao ensino em tempo integral, o que poderia abrir um espaço fiscal de R$ 11,6 bilhões no ano que vem.

A Câmara reduziu o porcentual para 10% e estabeleceu que o dinheiro da complementação da União no Fundeb será usado para ensino em tempo integral apenas em 2025, diminuindo o impacto para

R$ 5,8 bilhões. O valor, no entanto, ainda é maior que a economia anunciada pelo governo ao apresentar o pacote fiscal (R$ 4,8 bilhões).

A partir de 2026, os Estados e municípios terão de destinar 4% de recursos próprios que colocam no Fundeb para esse programa, aumentando o impacto fiscal entre R$ 10 bilhões e R$ 12 bilhões. Na prática, a União transfere a responsabilidade para os governos locais e espera economizar recursos com isso.

A economia efetiva de gastos para a União, no entanto, vai exigir que o governo federal diminua recursos do orçamento da Educação no mesmo montante. Ao cortar recursos, o governo federal deverá assumir o ônus político e ainda respeitar o piso constitucional da Educação exigido pela Constituição, que consome despesas não obrigatórias.

Os deputados também flexibilizam o fim dos supersalários no funcionalismo público. O texto do governo proibia que remunerações não previstas em lei complementar fossem pagas fora do teto salarial, atualmente de R$ 44 mil mensais. A limitação foi direcionada para lei ordinária, mais fácil de ser alterada.

Para o professor da Fundação Dom Cabral e autor do livro “O País dos privilégios”, Bruno Carazza, a mudança permitirá que resoluções do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) continuam a criar os “penduricalhos”.

“Há um entendimento bastante questionável do Judiciário de que resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) têm força de lei. Corre-se o sério risco de que eles continuarão criando penduricalhos administrativamente”, explicou Carazza.

Conforme o Estadão revelou, juízes fizeram lobby dentro do plenário da Câmara em defesa da categoria para desidratação da proposta. Além disso, a Câmara retirou da PEC mudanças no BPC e impediu que a medida proposta pelo governo entrasse na Constituição.

**Congresso preserva emendas e dificulta corte de recursos para cumprir arcabouço fiscal**

O Congresso rejeitou um dispositivo da PEC que tirava a obrigação de o Poder Executivo executar o Orçamento aprovado pelo Congresso Nacional. A medida, incluída na Constituição em 2019 e que ficou mantida, impede o governo de cancelar, por exemplo, emendas parlamentares, que são direcionadas por deputados e senadores para redutos eleitorais. Revogar o dispositivo era uma aposta da equipe econômica para ter mais flexibilidade no Orçamento na hora de cumprir o teto de despesas.

No projeto de lei complementar que faz parte do pacote, o Congresso desidratou outros quatro trechos e derrubou a possibilidade de o governo federal cortar emendas impositivas (não obrigatórias) para cobrir gastos obrigatórios e cumprir o arcabouço fiscal. Essas emendas são recursos indicados por parlamentares e bancadas estaduais que o governo é obrigado a pagar conforme a definição do congressista.

Ao aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que orienta o Orçamento de 2025, o Congresso rejeitou uma proposta no mesmo sentido, preservando as emendas, que devem passar de R$ 50 bilhões no ano que vem.

Outra alteração foi no uso de recursos de fundos públicos, que hoje são carimbados. Por um lado, o relator da proposta, deputado Átila Lira (PP-PI), incluiu no texto um dispositivo que determina que, entre 2025 e 2030, o superávit financeiro de fundos públicos só poderá ser usado para amortizar a dívida – o texto não especificava a finalidade e abria margem para aumento de gastos. Por outro lado, a Câmara diminuiu os fundos alcançados de oito para cinco, preservando o Fundo Nacional Antidrogas (Funad), o Fundo da Marinha Mercante (FMM) e o Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC). O impacto da desvinculação caiu de R$ 38 bilhões para R$ 18 bilhões.

Outra medida que caiu foi a proposta que limitava a restituição de créditos tributários pelas empresas. O trecho enfrentava forte resistência entre vários setores da economia, além de ter integrado uma Medida Provisória (MP) editada pelo governo em junho e que foi devolvida pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Os deputados também revogaram a lei que instituiu o Seguro Obrigatório para Proteção de Vítimas de Acidentes de Trânsito (SPVAT), antigo DPVAT, diminuindo a capacidade de arrecadação do governo federal.

“Acredito que foi feito um esforço por parte dos relatores, mas quero dizer que tudo que vai ser aprovado não será suficiente para nós possamos atingir o equilíbrio fiscal”, afirmou o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), vice-líder do governo e autor de uma proposta alternativa que trazia um ajuste mais rígido nas contas públicas.

## *Os pontos de desidratação*

**Na PEC:**

- Diminuição da parcela do Fundeb que pode custear ensino integral
- Exclusão de mudanças no BPC
- Flexibilização do fim dos supersalários
- Manutenção do dever de execução do Orçamento

**No projeto de lei complementar:**

- Proteção de emendas parlamentares obrigatórias contra cortes
- Exclusão do limite à compensação de crédito tributários de empresas
- Diminuição da quantidade de recursos de fundos públicos que podem ser direcionados para abatimento da dívida pública
- Revogação do DPVAT

**No projeto de lei ordinária:**

- 10 mudanças que desidratam ajuste no BPC
- Manutenção da correção atual dos recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF)

***Fonte: O Estado de São Paulo - SP***
***Data: 20/12/2024***

## CONGRESSO DEIXA VOTAÇÃO DO ORÇAMENTO PARA 2025 À ESPERA DE EMENDAS E IMPACTO DO PACOTE, DIZ RELATOR

Cúpula do Legislativo decidiu adiar análise da lei orçamentária, mas nos bastidores alguns articuladores do Planalto ainda pedem votação; Pacheco afirma que martelo será batido nesta sexta
***Por Daniel Weterman***

BRASÍLIA – A cúpula do Congresso Nacional decidiu adiar a votação do Orçamento de 2025 para o ano que vem. A decisão foi tomada na noite desta quinta-feira, 19, por parlamentares e técnicos à frente da elaboração da peça orçamentária, incluindo o relator-geral do Orçamento, senador Angelo Coronel (PSD-BA). Alguns articuladores políticos do Palácio do Planalto ainda pedem uma votação nesta semana, mas há resistência.

A dois dias do encerramento do ano legislativo, a cúpula do Congresso decidiu esperar o pagamento de emendas parlamentares que ainda não foram liberadas pelo governo Lula neste ano, negociar os repasses futuros que forem prometidos para a aprovação das medidas de corte de gastos e ainda incorporar os efeitos do pacote fiscal na peça orçamentária.

“Sem uma base normativa plenamente definida e um cenário fiscal delineado por todos os elementos votados e sancionados, corremos o risco de produzir uma peça orçamentária desconectada da realidade”, afirmou o relator do Orçamento em nota à imprensa.

***Plenário da Câmara dos Deputados durante sessão conjunta do Congresso Nacional para votar o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025. Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado***

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), declarou que haverá uma decisão definitiva na manhã desta sexta-feira, 20, embora nos bastidores parlamentares deem como certo o adiamento. “O ideal é sempre concluir o trabalho. O natural é a apreciação do Orçamento ainda neste ano, mas vamos fazer essa avaliação e amanhã pela manhã teremos uma conclusão”, afirmou.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) define para onde vai o dinheiro da União, incluindo os investimentos, as despesas dos ministérios e as emendas parlamentares. Sem a aprovação do projeto, o governo estará autorizado a gastar apenas uma parte dos recursos de forma provisória para evitar um apagão na máquina pública.

A autorização provisória, prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que foi aprovada nesta semana, inclui salários, aposentadorias, despesas da saúde e obras em andamento, entre outras despesas inadiáveis.

O adiamento compromete o pagamento de emendas parlamentares de 2025, que devem ultrapassar R$ 50 bilhões. Novas emendas só poderão ser liberadas após a aprovação do Orçamento.

Nos bastidores, o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), ainda pedia para os parlamentares votarem o Orçamento nesta semana, na sexta-feira, 20, ou até mesmo no sábado, 21, remotamente. “Vamos insistir. Se não houver possibilidade (de votar o Orçamento nesta semana), não haverá prejuízo para o governo”, disse Randolfe.

O apelo, no entanto, não encontrou eco suficiente nem mesmo na base aliada. O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), argumentou com colegas que era melhor para o Executivo esperar, usar o gasto provisório e contar com um Orçamento mais realista no próximo ano.

**Orçamento terá de ser alterado para incorporar mudança no salário mínimo**

O governo Lula espera economizar R$ 30,6 bilhões com o pacote de corte de gastos em 2025. Essa economia, porém, não está no projeto do Orçamento enviado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional em agosto deste ano. Agora, o Legislativo poderá incluir os efeitos da medida nos gastos projetados para 2025.

O principal impacto do pacote no Orçamento está relacionado ao salário mínimo. O pacote de corte de gastos, à espera de votação no Senado, limita o crescimento da remuneração às travas do arcabouço fiscal. O valor impacta diretamente no pagamento de benefícios da Previdência Social, do Benefício de Prestação Continuada (BPC), do abono salarial e do seguro-desemprego.

O valor projetado para o salário mínimo era de R$ 1.509 quando o Orçamento foi enviado, em agosto deste ano, e subiu para R$ 1.528 na última projeção, em novembro. Com a aprovação do pacote, o valor ficar em R$ 1.518, ainda acima do que está no Orçamento. A mudança deve aumentar as despesas obrigatórias em R$ 7 bilhões.

Além disso, o aumento na concessão de benefícios deve fazer com que o gasto aumente ainda mais. Consultores do Congresso calculam que a peça orçamentária está subestimada em R$ 14 bilhões só com os benefícios previdenciários.

***Fonte: O Estado de São Paulo - SP***
***Data: 20/12/2024***

# VALOR ECONÔMICO (SP)

## PORTO DIGITAL TERÁ R$ 44,5 MILHÕES PARA INVESTIR

Governo de Pernambuco vai aplicar R$ 250 milhões em bolsas para pesquisa e inovação
***Por Marina Falcão — De Recife***

O governo do Estado de Pernambuco vai investir R$ 250 milhões no ecossistema de inovação no Estado. A maior parte dos recursos será destinada a bolsas acadêmicas de pesquisa e inovação. O governo vai ainda destinar R$ 44,5 milhões para que o Porto Digital, polo de empresas de tecnologia situado no Recife, acelere seu processo de interiorização e internacionalização.

Parte do programa Inova PE, o investimento é o maior já anunciado pelo governo para segmento de inovação no Estado. Por meio de um contrato de gestão com prazo de quatro anos, o Porto Digital voltará a executar políticas públicas, algo que não ocorria desde a gestão do ex-governador Eduardo Campos (2006-2013).

Segundo Pierre Lucena, presidente do Porto Digital, serão criados novos programas de empreendedorismo, segmento que, segundo ele, ficou carente de recursos públicos em nível nacional desde 2016.

Em paralelo, o hub de inovação do Porto Digital em Caruaru (PE), no agreste do Estado, deverá ganhar nova sede e mais três hubs devem ser instalados em cidades do interior do Estado. “Também vamos investir num hub em Aveiro [Portugal]”, afirma Lucena.

Com 18.400 colaboradores e faturamento de R$ 5,4 bilhões no ano passado, o Porto Digital ganhou mais relevância nacional nos últimos anos porque Pernambuco conseguiu ampliar a formação mão de obra em tecnologia, resolvendo o principal gargalo do setor.

“A realidade que temos hoje é diferente de cinco anos atrás, quando nossas empresas tinham vagas abertas e não conseguiam preencher. E essa nova realidade tem atraído grandes projetos”, observou Lucena. De 2019 para cá, o Porto Digital passou a abrigar centros de inovação do Bradesco, Delloitte, Coca-Cola e Baterias Moura, cita Lucena.

***“O volume de alunos que se forma na graduação aqui é próximo de São Paulo”***
***— Pierre Lucena***

Recife é hoje a cidade brasileira com mais alunos matriculados em cursos de tecnologia da informação per capita. “Mesmo em termos absolutos, o volume de alunos que se forma na graduação aqui é destaque, sendo muito próximo da realidade de São Paulo”, afirma Lucena. Atualmente, apenas nas graduações do Porto Digital e universidades parceiras, há 4.000 alunos matriculados.

Maior centro universitário do Norte e Nordeste, Pernambuco tem cerca de 4.000 pesquisadores e 13.000 alunos em 173 programas de pós-graduação (GeoCapes 2023). Ao todo, R$ 181 milhões do Inova PE serão aplicadas pelo Estado no reajuste dos valores de bolsas de iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado.

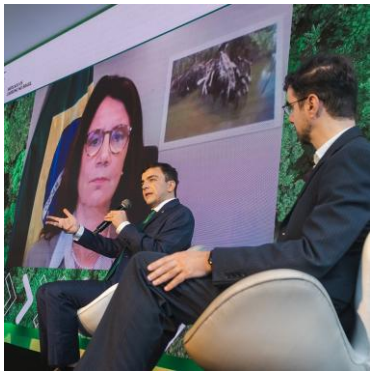
O restante dos recursos será destinado ao lançamento de um edital de seleção de projetos inovadores produzidos por secretarias de governo e apoio financeiro para realização da Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

***Fonte: Valor Econômico - SP***
***Data: 20/12/2024***

## BRASIL DÁ LARGADA NO MERCADO REGULADO DE CRÉDITOS DE CARBONO

Com a aprovação no Congresso da lei que cria o mercado regulado do carbono no Brasil, os esforços devem se voltar à implementação da regulamentação necessária para que o mecanismo comece a funcionar de fato

***Por Jacilio Saraiva — Para o Valor, de São Paulo***

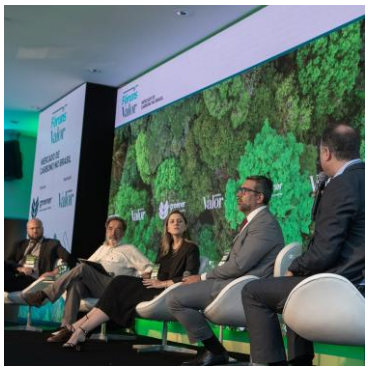


***Ana Toni, do MMA (no telão), deputado Aliel Machado (com o microfone) e Guilherme Mello, do Ministério da Fazenda — Foto: Rogerio Vieira/Valor***

O Brasil esquenta as turbinas para deslanchar uma nova indústria "verde". O mercado de carbono, que permite que empresas e países compensem as emissões de gases de efeito estufa (GEEs) por meio da compra de créditos vinculados às iniciativas ambientais, começa a reunir na mesma sala atores do governo, da iniciativa privada e da academia com um objetivo: preservar o planeta.

O novo mercado entra em vigor para setores obrigados a diminuir emissões a partir da produção de 10 mil toneladas de dióxido de carbono (CO2) anuais e deve abarcar 15% das emissões brasileiras. A estimativa é que 5.000 empresas, com esse volume de poluentes, participem da ação, de segmentos como energia e produção de cimento.

Na prática, o sistema, que já existe em outros países há mais de 20 anos, é considerado uma ferramenta para combater as mudanças climáticas e incentivar a redução das GEEs. No dia a dia, atribui um valor monetário às emissões, incentivando as companhias a baixarem níveis de poluição industrial ou investirem em projetos de compensação ambiental.



***Rafael Vazquez (esq.), Marco Antônio Fujihara, Patrícia Mendanha Dias, Davi Bomtempo e Jônatas Trindade no evento — Foto: Rogerio Vieira/Valor***

O pontapé inicial desse fluxo de negócios começou em novembro, com a aprovação, no Congresso Nacional, do projeto de lei que cria o mercado de carbono no Brasil. Em resumo, o texto elenca regras para o setor, batizado de Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE).

Para especialistas, a meta, nas entrelinhas da legislação, é fazer com que as companhias que poluem acima do patamar fixado paguem por isso - consequentemente, gerando um estímulo para que se tornem mais sustentáveis. O projeto ainda precisa ser regulamentado. Antes que o mercado regulado possa começar a operar, há toda uma complexa infraestrutura legal a ser definida, incluindo o estabelecimento de metas específicas para os setores selecionados.

A previsão do Ministério da Fazenda é que o mercado de carbono esteja funcionando "plenamente" em 2030 e que, nos dez anos seguintes, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro ganhe um empurrão de 5,8% no período. Dados do Banco Mundial apontam que o arranjo tem potencial para cortar 100 milhões de toneladas anuais de emissões no Brasil, em 2040. Em 2050, essa cifra pode alcançar 130 milhões de toneladas.

"O modelo criado para o país dialoga com o que está sendo feito no mundo. Traz mecanismos de regulação de preços e de monitoramento que nos preparam para a internacionalização", avaliou Guilherme Mello, secretário de política econômica do Ministério da Fazenda, durante o "Fórum Valor Mercado de Carbono no Brasil", em São Paulo, na segunda-feira (16).

**Para Herman Benjamin, do STJ, faltou incluir o agronegócio, mas lei é relevante**

Baseado na lei aprovada, Mello explica como vão funcionar os dois tipos de mercado: o regulado e o voluntário. No primeiro, cerca de 5.000 empresas terão metas de descarbonização e poderão cumpri-las adquirindo créditos de carbono gerados pelo SBCE. Já no voluntário, participam corporações que não estão obrigadas a cortar emissões, mas desejam atingir metas de sustentabilidade próprias, explica.

Com essa medida, haverá a oportunidade de unir as duas principais agendas do país, a econômica e a ambiental, em uma só, pontua o deputado federal Aliel Machado (PV-PR), relator do PL 182/24. “Um dos maiores desafios será popularizar o tema”, diz o parlamentar.

No Brasil, segundo Machado, as maiores emissões de CO2 vêm do desmatamento. “A lei surge como um mecanismo complementar às legislações ambientais, para estimular a preservação das florestas”, destaca.

De acordo com a norma, o mercado regulado será implantado em cinco fases. Na primeira, de 12 meses prorrogáveis por mais 12, deverão ser editados os regulamentos. Na etapa seguinte, os operadores das atividades reguladas terão um ano para implantar instrumentos de medição das emissões. No terceiro passo, de dois anos, os operadores precisam apresentar, ao órgão gestor do sistema, um plano de monitoramento e os relatórios das emissões. Na fase quatro, entra em vigência um plano de alocação, que garante a distribuição de cotas de emissão (CEB). A CEB é um ativo que representa o direito de emitir uma tonelada de CO2, podendo ser concedido pelo poder público ou leiloado.

O Banco Mundial calcula que existam no mundo 36 mercados regulados em vigor ou em adoção. “A previsão é que esse número chegue a cem em três anos”, diz Marco Antônio Fujihara, diretor da Aggrego Consultores, com mais de 40 anos de experiência no segmento florestal. Para ele, o Brasil precisa cumprir o cronograma à risca para não ficar para trás.

***“O mercado europeu já está maduro, na quarta fase de evolução.” Todos [os empresários] apoiam a agenda, vista como prioritária”***
***— Davi Bomtempo***

Ana Toni, secretária nacional de mudança do clima do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (MMA), chama a atenção para a importância da integridade do novo nicho. “Não adianta apenas vender crédito de carbono. É preciso cumprir o objetivo de acelerar a descarbonização”, pontua. “O preço [dos créditos] tem que desestimular as empresas a continuarem poluindo. Se for barato, vão comprar os créditos porque será menos custoso do que parar de emitir [GEEs].”

O agronegócio ficou de fora da obrigatoriedade de contribuir, por conta das dificuldades para aferir as emissões no campo. Herman Benjamin, presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), lamenta a exclusão. “O agro responde por mais de 50% das emissões no país, mas o fato não desqualifica a relevância da lei”, diz Benjamin, reconhecido pela atuação no direito ambiental. “Nenhuma lei é uma bala de prata [para resolver todos os problemas].”

Na opinião de Davi Bomtempo, superintendente de meio ambiente e sustentabilidade da Confederação Nacional da Indústria (CNI), a iniciativa compõe uma frente de descarbonização que o ramo fabril tem abraçado. “Essa estratégia inclui ações de transição energética e economia circular”, diz. “Todos [os empresários] estão apoiando a agenda, vista como prioritária para o setor.”

Enquanto o mercado de carbono caminha para a regulamentação, mais atores se movimentam. Este mês, a multinacional brasileira Ambipar e a Universidade de São Paulo lançaram o USPproClima, um centro de pesquisa com investimentos de R$ 5 milhões. Sistemas de comércio de emissões e estudos de projetos florestais para a captura e armazenamento de carbono foram anunciados como prioridades de trabalho.

Também participaram dos debates do fórum Patrícia Mendanha Dias, sócia do Bichara Advogados, e Jônatas Trindade, subsecretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo.
***Fonte: Valor Econômico - SP***
***Data: 20/12/2024***

portosenavios

## PORTAL PORTOS E NAVIOS

### PORTO SUDESTE IMPLEMENTA LPS EM SUAS OPERAÇÕES

***Da Redação  Portos e logística 20/12/2024 - 16:32***

O Porto Sudeste (RJ) adotou o Local Port Service (LPS), um serviço que aprimora a segurança operacional e ambiental na navegação da Baía de Sepetiba, alinhando-se às melhores práticas internacionais. O LPS proporciona monitoramento em tempo real das condições meteoceanográficas e do canal de acesso, aumentando a eficiência das manobras de entrada e saída de embarcações e reduzindo o tempo de ociosidade nos berços. O sistema permite um planejamento mais assertivo das manobras, gerando dados compartilháveis com a comunidade portuária e promovendo decisões ágeis, especialmente em situações críticas.

Homologado pela Marinha do Brasil, o LPS é único no país e não obrigatório, mas seu uso reduz custos, melhora a eficiência e assegura o cumprimento de regulamentos marítimos. Robson Maia, gerente de operações, ressaltou que o reconhecimento da Marinha reforça o compromisso do terminal com a segurança e o meio ambiente.

“O reconhecimento da Marinha do Brasil mostra o compromisso que temos com a segurança operacional e ambiental. O LPS permite não só o melhor aproveitamento das janelas de manobras, promovendo ganhos significativos em eficiência e redução de custos, mas também o cumprimento de normas e regulamentos marítimos locais e internacionais”, explica Robson Maia, gerente de operações.
***Fonte: Portal Portos e Navios - RJ***
***Data: 20/12/2024***

### O CONSELHO DIRETOR DO WORLD SHIPPING COUNCIL (WSC) ANUNCIOU A ELEIÇÃO DE SOREN TOFT, CEO DA MSC, COMO PRESIDENTE, E RANDY CHEN, VICE-PRESIDENTE DA WAN HAI LINES, COMO VICE-PRESIDENTE.

***Executivos 20/12/2024 - 18:09***

O conselho diretor do World Shipping Council (WSC) anunciou a eleição de Soren Toft, CEO da MSC, como presidente, e Randy Chen, vice-presidente da Wan Hai Lines, como vice-presidente. Ambos cumprirão um mandato de dois anos com efeito imediato, sucedendo Rolf Habben Jansen, CEO da Hapag-Lloyd AG, e Jeremy Nixon, CEO da ONE, que lideraram o Conselho desde novembro de 2020.

Joe Kramek, presidente e CEO do WSC, destacou a relevância da experiência de Toft e Chen para promover inovação e sustentabilidade no transporte marítimo global. Ele também agradeceu aos líderes anteriores pelo impacto significativo durante seus dois mandatos, especialmente em um período crítico para a indústria.

Soren Toft afirmou o compromisso do WSC em moldar o futuro do transporte marítimo, garantindo um setor socialmente responsável, ambientalmente sustentável e seguro. Randy Chen, por sua vez, trará sua expertise em negócios internacionais, investimentos e relações portuárias para fortalecer a representação global do WSC. A liderança de Toft e Chen reflete o foco contínuo do conselho em enfrentar os desafios do setor e promover uma indústria resiliente e sustentável, alinhada às demandas de um cenário global em constante evolução.
***Fonte: Portal Portos e Navios - RJ***
***Data: 20/12/2024***

## REFORMA TRIBUTÁRIA MANTEVE PLEITOS DA CONSTRUÇÃO NAVAL

***Por Danilo Oliveira  Indústria naval 19/12/2024 - 23:07***

***Texto aprovado na Câmara dos Deputados, na última terça-feira (17), incorporou principais demandas dos estaleiros para manter incentivos às atividades da indústria naval***

O texto final do PLP 68/2024, que regulamenta a Reforma Tributária, manteve as principais propostas de emendas favoráveis à construção naval. O substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados, na última terça-feira (17), a partir do texto modificado pelo Senado, seguiu para a sanção presidencial, contemplando os  pleitos da indústria naval. A avaliação é do Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore, que vinha apoiando, pelo menos, seis emendas para manter os incentivos à atividade. Com isso, foi afastado o risco apontado pelo Sinaval, em novembro, de que a carga da indústria naval poderia chegar a 26,5%, caso não fosse mantida a desoneração tributária existente.

Um dos artigos do PLP 68 cria o Regime Tributário para Incentivo à Atividade Naval (Renaval), com a desoneração de insumos para atividades de construção, conservação, modernização e reparo de embarcações. Também ficou de fora do texto uma possível isenção de impostos para veículos pesados autopropulsados, que poderia beneficiar embarcações estrangeiras em detrimento da produção nacional. Outra conquista significativa foi a preservação dos benefícios do Registro Especial Brasileiro (REB), incentivo fiscal que beneficia os estaleiros brasileiros ao produzirem embarcações. Alguns analistas, no entanto, acreditam que a questão do REB foi atendida parcialmente.

O advogado Jorge Luiz de Brito Júnior destacou que, dentre as medidas de impacto mais direto, está o Renaval, que permite a suspensão, com possibilidade de conversão em alíquota zero, do pagamento de IBS e CBS no fornecimento de embarcações registradas ou pré-registradas no REB. Ele explicou que essa suspensão também se aplica nas importações e aquisições, no mercado interno, de máquinas, veículos, matérias-primas, produtos intermediários, partes, peças e componentes para utilização na construção, modernização e reparo de embarcações pré-registradas no REB.

Brito Júnior acrescentou que, por força da Lei 9.432/1997, a construção, a conservação, a modernização e o reparo de embarcações registradas no REB são, para todos os efeitos legais, atividades equiparadas a exportações, sendo operações imunes — conforme o recém aprovado texto que regulamenta a reforma. “O texto aprovado manteve tal equiparação no que se refere ao IBS, mas não para a CBS — ou seja, as atividades não são mais imunes para fins da CBS. A manutenção dos benefícios do REB era o principal pleito do setor na reforma, o qual foi atendido parcialmente”, analisou o sócio do escritório Gaia Silva Gaede Advogados.
***Fonte: Portal Portos e Navios - RJ***
***Data: 19/12/2024***

## PORTO DE SANTOS MOVIMENTA 167,1 MILHÕES DE TONELADAS EM 11 MESES

***Da Redação Portos e logística 20/12/2024 - 18:03***

Com mais de 167,1 milhões de toneladas movimentadas entre janeiro e novembro de 2024, o Porto de Santos caminha para um novo recorde anual, faltando apenas 6,2 milhões de toneladas para atingir a marca histórica. A Autoridade Portuária de Santos (APS) destacou que o crescimento de 6% em relação ao mesmo período de 2023 reafirma sua posição como principal hub logístico do Brasil. Os embarques somaram 122,9 milhões de toneladas (+3,8%), enquanto as descargas alcançaram 44,1 milhões de toneladas (+12,5%). O segmento de contêineres também registrou recordes, com 5,01 milhões de TEU no acumulado do ano (+15,2%) e 464,7 mil TEU movimentados em novembro, um aumento de 13,5% sobre o mesmo mês de 2023.

Produtos do agronegócio foram destaque, liderados por soja (27,8 milhões de toneladas), açúcar (25,5 milhões de toneladas, +27,6%) e milho (14,1 milhões de toneladas). Crescimentos expressivos foram observados em café (+50,3%), carnes (+35,4%) e celulose (+10,6%). Nos granéis sólidos, houve leve retração de 0,7%, mas o açúcar (+26,6%) e o farelo de soja (+5,4%) sustentaram o desempenho. Granéis líquidos cresceram 1,9%, totalizando 18 milhões de toneladas, com alta de gasolina (+49,3%) e óleo diesel (+4,6%).

No período, o porto recebeu 5.110 embarcações (+3,3%) e movimentou US$ 161,6 milhões em trocas comerciais, representando 29% do comércio exterior brasileiro. A China foi o principal destino, responsável por 27,3% das transações, enquanto São Paulo liderou nas operações nacionais, com 53,6% do total.

Apesar de uma redução pontual de 10% em novembro devido à queda nos embarques de milho e soja, o Porto de Santos mantém perspectivas otimistas, impulsionado por sua infraestrutura robusta, eficiência operacional e papel estratégico no comércio exterior.

***Fonte: Portal Portos e Navios - RJ***
***Data: 20/12/2024***

## LIMINAR DO TRF-4 MANTÉM PORTO DE ITAJAÍ SOB GESTÃO MUNICIPAL

***Por Danilo Oliveira Portos e logística 19/12/2024 - 20:16***

*Ação é válida até conclusão da transição do convênio de delegação. MPor informou que governo vai recorrer assim que for notificado da decisão*

Uma liminar deferida, nesta quinta-feira (19), pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), determinou que a gestão do Porto de Itajaí (SC) permaneça sob a responsabilidade da gestão municipal, até a conclusão do processo de transição, em conformidade com o convênio de delegação. A ação foi apresentada pelo Foro Metropolitano da Foz do Rio Itajaí Açu, que fundamentou o pedido na ausência de um plano de transição para o encerramento do convênio de delegação, apontando prejuízo à continuidade do serviço público e à eficiência administrativa. O grupo alegou incerteza quanto à manutenção de projetos socioeconômicos e urbanísticos, hoje relacionados à gestão municipal, e violação ao princípio da concorrência.

Na ação, o Foro pediu que a União prorrogue o convênio de delegação por, no mínimo, 12 meses, assegurando tempo suficiente para a elaboração de um plano de transição detalhado e participativo. O grupo solicitou ainda a suspensão de qualquer ato administrativo relacionado à federalização do porto, a qual considera abrupta até a conclusão da transição planejada. Outro pleito foi a criação e instalação no prazo de prorrogação de uma comissão ou grupo de trabalho, com a presença de representantes do município e dos trabalhadores portuários locais.

A desembargadora federal Ana Cristina Ferro Blasi, considerou que, desde 2022, a Superintendência do Porto de Itajaí (SPI), mostrou-se atenta à importância de uma adequada gestão portuária, sem deixar de levar em conta a eficiência administrativa, a necessidade de prévio planejamento para a adequada condução das atividades inerentes ao porto, entre as quais: destinação de recursos, projeção de gastos, perspectivas de licitações, contratações e inclusive de obras públicas vinculadas à atividade portuária.

A liminar do TRF-4 cita uma deliberação política municipal em confluência com uma lei específica destinada a regular e fomentar a gestão portuária. O entendimento preliminar do tribunal regional é que havia uma expectativa real da administração portuária e do município de Itajaí, nutrida pela própria União a partir de atos anteriores, quanto à continuidade das operações do Porto de Itajaí nos mesmos moldes preconizados pelo convênio de delegação. O TRF-4 considerou que o convênio de descentralização, celebrado entre o MPor e a Autoridade Portuária de Santos (APS) no último dia 12 de dezembro, indica a inexistência de medidas de transição entre a posição administrativa pretérita, consubstanciada de manutenção do convênio de delegação de 1997 e aquela agora assumida pela União.

A desembargadora chamou atenção que decorreram menos de 30 dias entre a comunicação administrativa contrária à sinalização anterior de manutenção da delegação sem a comprovação da adoção de medidas gerenciais de transição e a perda de vigência da delegação. “Essa perspectiva resta confirmada pelo ofício SNP-MPOR, remetido ao prefeito municipal de Itajaí e ao superintendente da Superintendência do Porto de Itajaí, referindo, apenas em 16/12/2024, que a delegação não seria renovada, com perda de vigência a partir de 1º/01/2025”, frisou.

A desembargadora entendeu que há uma série de contingenciamentos de verbas públicas, de direcionamentos de receitas, de elaboração de planos licitatórios e de adequação de gastos que não podem sofrer interrupção. “Evidencia-se o considerável risco de que as operações administrativas já realizadas pela SPI restem frustradas, com consideráveis perdas financeiras à municipalidade e a eventuais contratados/licitantes bem como que a própria operação portuária possa sofrer embaraços, principalmente se for considerado que a duração prevista para a descentralização limita-se a 1 ano, prazo insatisfatório para a execução de políticas públicas capazes de assegurar operacionalidade e competitividade ao porto, o que malfere o princípio da eficiência administrativa”, avaliou a magistrada.

Procurado pela Portos e Navios, o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) informou que, até o momento, não recebeu nenhuma notificação oficial sobre a decisão. “Assim que o MPor for formalmente notificado, o governo federal recorrerá da decisão”, acrescentou a pasta em nota. A Advocacia Geral da União (AGU) informou à reportagem que foi notificada e que deve apresentar recurso contra a decisão ainda nesta sexta-feira (20).

**Apelo municipal**
Na última quinta-feira (12), a Câmara de Vereadores de Itajaí aprovou, em sessão extraordinária, uma moção de apelo para que o governo federal garanta a manutenção da autoridade portuária municipal sob a gestão da SPI, assegurando a continuidade do modelo descentralizado de administração portuária. O apelo às autoridades é endereçado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao ministro de portos e aeroportos, Silvio Costa Filho, além dos presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD/MG), e da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP/AL).

Nota da Redação: Matéria atualizada 20/12 para inclusão da resposta da AG
***Fonte: Portal Portos e Navios - RJ***
***Data: 19/12/2024***

## MARINHA COLABORA COM CPI PARA SOLUCIONAR PROBLEMA DE CASCOS SOÇOBRADOS NA BAÍA DE GUANABARA

***Por Lorena Parrilha Teixeira  Indústria naval 19/12/2024 - 19:36***

*Relatório da autoridade marítima para CPI na Alerj aponta inexistência de navios 'abandonados', mas lista 51 carcaças próximas às margens como desafio ambiental e social*

A Marinha do Brasil entregou à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) um relatório que confirma a inexistência de navios abandonados na Baía de Guanabara. O documento, apresentado pela Capitania dos Portos do Rio de Janeiro (CPRJ), destaca que as embarcações no fundeadouro 2F06, ao norte da Ponte Rio-Niterói, estão devidamente regularizadas com anuência da autoridade portuária, a PortosRio. O foco do levantamento, no entanto, recai sobre 51 cascos soçobrados identificados em áreas rasas e próximas às margens da baía. Estas carcaças, descritas como destroços, não possuem condições de flutuabilidade ou navegabilidade, dificultando a identificação de proprietários e sua eventual remoção.

De acordo com a Marinha, a remoção desses destroços não é sua responsabilidade direta, pois as carcaças não apresentam risco à navegação ou à poluição hídrica, critérios previstos na Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário — LESTA (9.537/1997). Apesar disso, a autoridade marítima afirma colaborar ativamente com a CPI da Alerj, que investiga possíveis negligências e irregularidades envolvendo embarcações na região.

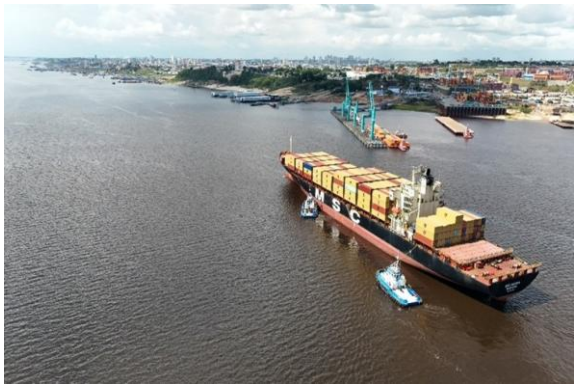
A CPI das embarcações continua suas investigações com o objetivo de criar diretrizes para solucionar o problema dos destroços. Entre as possibilidades em estudo, estão a busca por parcerias público-privadas e a captação de recursos para viabilizar as operações de remoção. “O encontro com a CPI reforça o comprometimento da Marinha com a segurança da navegação e a construção de soluções conjuntas com outros órgãos públicos para lidar com esse problema que impacta a sociedade e o meio ambiente da Baía de Guanabara”, afirmou o capitão dos portos,, CMG Luciano Calixto de Almeida Junior, durante a reunião com a deputada estadual Jucelia Oliveira Freitas, presidente da CPI.

As carcaças soçobradas, localizadas em uma área marítima de grande relevância social e econômica para o estado do Rio de Janeiro, representam um desafio ambiental significativo. Sem sinais de identificação, as embarcações depredadas dificultam a aplicação de medidas legais contra eventuais responsáveis. A remoção dessas estruturas abandonadas é essencial para mitigar impactos ambientais e recuperar a plena funcionalidade da região para atividades portuárias e comunitárias.

***Fonte: Portal Portos e Navios - RJ***
***Data: 19/12/2024***

## SUPER TERMINAIS BATE RECORDE COM MAIS DE 140 MIL CONTÊINERES MOVIMENTADOS

***Da Redação  Portos e logística 19/12/2024 - 18:19***



O Super Terminais movimentou, em 2024, 264.805 TEUs (equivalente a mais de 140 mil contêineres), o maior volume registrado em sua trajetória. Este resultado foi impulsionado pela instalação de um píer flutuante em Itacoatiara (AM) em setembro, uma medida essencial para sustentar a operação durante a maior seca já registrada no Amazonas. A iniciativa garantiu o abastecimento da Zona Franca de Manaus, evitou paralisações em grandes fábricas e manteve empregos.

O desempenho exemplar culminou com a normalização do Porto de Manaus, que retomou suas operações no dia 12 de dezembro, quando recebeu o navio MSC Manya com 950 contêineres, marcando o início da recuperação regional. Hoje, dia 17, encerra-se o ciclo com a chegada do navio NC Bravo em Itacoatiara, finalizando as operações no município em 2024.

A relevância da operação de Itacoatiara foi reconhecida pelo Governo do Amazonas, que homenageou o diretor do Super Terminais, Marcello Di Gregorio, com a Medalha ao Mérito Legislativo. “Superamos os desafios da estiagem com trabalho em equipe e compromisso com o Amazonas”, destacou Di Gregorio.

Desde setembro, o píer flutuante em Itacoatiara movimentou mais de 33 mil contêineres e cerca de 840 mil toneladas de carga em uma operação contínua, envolvendo 27 navios e mantendo uma média de 36 movimentos por hora (MPH), índice considerado excelente. A infraestrutura conta com guindastes de última geração e foi instalada em um espaço de 300 mil metros quadrados, às margens do rio Amazonas.

A iniciativa foi viabilizada com um investimento de R$ 55 milhões, que incluiu aquisição de equipamentos como poitas, bombas e geradores, além de estudos técnicos e despesas operacionais. Com calado de 34 metros, o píer é capaz de receber todos os tipos de navios, facilitando o transbordo de contêineres para Manaus, com uma logística que reduz os tempos de viagem para até 12 horas.

Os resultados são visíveis nos números: o Amazonas registrou um recorde de US$ 13,7 bilhões em importações até outubro, superando os US$ 12,6 bilhões de 2023. A projeção é de que o total alcance US$ 16 bilhões até o fim do ano, o maior volume desde 2017. Em outubro, o Estado registrou um salto expressivo de US$ 604 milhões em importações em 2023 para US$ 1,378 bilhão em 2024, graças às operações emergenciais do píer.
***Fonte: Portal Portos e Navios - RJ***
***Data: 19/12/2024***

## MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

**ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM**

**Este conteúdo também está disponível na *www.mercoshipping.com* e no *www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda***
***Fonte : InforMS***
***Data: 20/12/2024***